

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA

MARCELO AUGUSTO DE SOUZA

DO CONFLITO À MEMÓRIA:
OS PATRIMÔNIOS DA CABANAGEM COMO LUGARES DE RESISTÊNCIA EM
BELÉM DO PARÁ

CHAPECÓ
2025

MARCELO AUGUSTO DE SOUZA

DO CONFLITO À MEMÓRIA:

Os Patrimônios da Cabanagem como Lugares de Resistência em Belém do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino

CHAPECÓ

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Marcelo Augusto de

DO CONFLITO À MEMÓRIA: Os Patrimônios da Cabanagem
como Lugares de Resistência em Belém do Pará / Marcelo
Augusto de Souza. -- 2025.
62 f.:il.

Orientador: Doutor Jaisson Teixeira Lino

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2025.

1. Patrimônio cultural; Cabanagem; Biografia do
Patrimônio; Memória social; Patrimônio de Conflito.. I.
Lino, Jaisson Teixeira, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

MARCELO AUGUSTO DE SOUZA

**DO CONFLITO À MEMÓRIA:
OS PATRIMÔNIOS DA CABANAGEM COMO LUGARES DE RESISTÊNCIA EM
BELÉM DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 10/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JAISSON TEIXEIRA LINO**
Data: 18/12/2025 10:52:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino – UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ROSANGELA MARIA BEZERRA DA COSTA**
Data: 11/12/2025 09:29:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ms.^a Rosângela Maria Bezerra da Costa – UFFS
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO LUIZ MIRANDA**
Data: 17/12/2025 19:08:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Luiz Miranda – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho aos meus pais Nazaré, Gilson e Dona Rosa, que não pouparam esforços para que eu pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às minhas duas mães, dona Rosa e dona Nazaré, cujo amor, força e cuidado sustentaram cada passo da minha trajetória. Sem elas, suas palavras de incentivo e tantos sacrifícios silenciosos, eu não teria chegado até aqui. Levo comigo o exemplo de coragem e generosidade que me ensinaram e que tornou possível mais esta conquista.

Ao meu orientador, Professor Jaisson Teixeira Lino, obrigado profundamente pela confiança, generosidade e orientação constante. Além das oportunidades acadêmicas, guardo também os momentos descontraídos no Boca assistindo ao Coringão. Seu incentivo e paciência foram essenciais para que eu encontrasse segurança na graduação.

À minha tia Elisângela, registro um agradecimento especial. Sempre presente e atenta, ela nunca mediu esforços para me apoiar, garantindo condições para que eu realizasse esta pesquisa e pudesse visitar minha terra natal depois de tantos anos. Sua confiança e cuidado foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos amigos que a graduação me deu, especialmente Stefany Neckel e Taís Tenedini, agradeço pela presença firme nos momentos difíceis, pelo apoio e pelas risadas incontáveis na cozinha do CEOM. Esses gestos e memórias tornaram a caminhada mais leve e inesquecível, levarei vocês para sempre comigo.

Ao meu melhor amigo Nathan Chraister, agradeço pela parceria desde o início do curso, pelos conselhos, pela amizade verdadeira e por me apresentar ao Corinthians — mesmo que tomemos caminhos diferentes, a parceria vai ser para sempre.

Ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), agradeço pelas oportunidades e pelo aprendizado. Sou grato às pessoas que me incentivaram como pesquisador e me mostraram um novo mundo com a arqueologia, especialmente Aline Bertoncello e Adrieli Coproski.

Ao Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia (LUPA), agradeço pela primeira experiência internacional como pesquisador, oportunidades e pelas amizades formadas com Laís Balzan, Andreia Corassa e principalmente Tayná Aymê e Daniel Requia — pessoas que compartilharam comigo o amor pela arqueologia, os campos e os projetos fundamentais para a minha formação.

Por fim, agradeço ao Marcelo de 2021, que teve coragem de deixar a terra natal e viajar para o sul do país em busca de conhecimento. Essa decisão abriu caminhos,

transformou sonhos e me trouxe até aqui. Tenho orgulho dessa escolha que me permitiu viver tanto e conhecer pessoas tão significativas.

“Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: ellas no designan, sino que encubren.”

– Cusicanqui, 2010, p. 91.

RESUMO

Esta monografia analisa a relação entre a biografia do patrimônio cultural, memória social e educação patrimonial a partir do estudo da Cabanagem, compreendida como patrimônio de conflito e expressão das disputas políticas e simbólicas que marcam a história da Amazônia. Parte-se do entendimento de que o patrimônio não é neutro, mas uma construção social atravessada por processos de seleção, exclusão e silenciamento, os quais historicamente privilegiaram narrativas elitistas e marginalizaram as experiências populares. A pesquisa discute como a patrimonialização da Cabanagem tem sido marcada por práticas institucionais verticalizadas, que enfatizam a monumentalidade em detrimento das vivências cotidianas dos grupos que constituem a memória cabana. O estudo é composto por dois capítulos: O primeiro deles pauta-se na contextualização dos patrimônios histórico-culturais, na memória, conflito e nas repercussões até os dias atuais. O segundo, por outro lado, volta-se à análise dos patrimônios do conflito e sua relação com a população. Dando exemplos como a análise de iniciativas como o Memorial da Cabanagem e o projeto Circular, evidencia-se a distância entre as políticas de preservação e as comunidades locais, apesar do discurso de participação. Com base em autores que defendem perspectivas críticas e democráticas do patrimônio, argumenta-se que a educação patrimonial é ferramenta essencial para ampliar o acesso, promover a pluralidade de narrativas e fortalecer identidades coletivas. Percebendo-se que a valorização do patrimônio cabano exige superar modelos tradicionais de gestão, incorporando práticas interdisciplinares, participação comunitária e reconhecimento das múltiplas formas de produção de memória presentes nos territórios amazônicos.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Cabanagem; Biografia do Patrimônio; Memória social; Patrimônio de Conflito.

ABSTRACT

This monograph examines the relationship between the biography of cultural heritage, social memory, and heritage education through the study of the Cabanagem, understood as a conflict heritage and as an expression of the political and symbolic disputes that shape the history of the Amazon. The research is grounded in the understanding that heritage is not neutral but a social construction permeated by processes of selection, exclusion, and silencing, which have historically privileged elitist narratives while marginalizing popular experiences. It discusses how the patrimonialization of the Cabanagem has been marked by verticalized institutional practices that emphasize monumentality at the expense of the everyday experiences of the groups that sustain cabano memory. The study is organized into two chapters: the first contextualizes historical-cultural heritage, memory, conflict, and their contemporary implications; the second analyzes conflict heritage and its relationship with local populations. Through examples such as the Memorial da Cabanagem and the Circular project, the research highlights the gap between preservation policies and community participation, despite institutional discourse that claims otherwise. Drawing on authors who advocate critical and democratic perspectives on heritage, the study argues that heritage education is an essential tool for expanding access, promoting narrative plurality, and strengthening collective identities. It concludes that valuing cabano heritage requires transcending traditional management models by incorporating interdisciplinary practices, community engagement, and the recognition of the multiple forms of memory production present in Amazonian territories.

Keywords: Cultural heritage; Cabanagem; Heritage Biography; Social Memory; Conflict Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da cidade de Belém no mapa do Grão-Pará.....	16
Figura 2 - Arredores abaixo da cidade de Belém mostrando fortes e províncias.....	16
Figura 3 - Mapa da localização dos patrimônios.....	21
Figura 4 - Foto registrada do Forte do Castelo.....	24
Figura 5 - Foto registrada no interior do Forte.....	25
Figura 6 - Foto registrada da fachada do Palácio.....	28
Figura 7 - Interior do Palácio.....	29
Figura 8 - Projeto de Landi.....	30
Figura 9 - Vista do largo das Mercês, ainda descampado e circundado pelo casario colonial.	33
Figura 10 - Tomada ao trem de guerra.....	36
Figura 11 - Praça das Mercês.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CHB	Centro Histórico de Belém
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. BIOGRAFIA DO PATRIMÔNIO.....	20
2.1 FORTE DO CASTELO.....	21
2.2 PALÁCIO DO GOVERNO.....	26
2.3 PRAÇA DAS MERCÊS.....	33
3. A CABANAGEM, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO.....	41
3.1 MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS SELETIVOS.....	41
3.2 O PATRIMÔNIO DO CONFLITO NA ATUALIDADE.....	44
3.3 O PATRIMÔNIO E ESPAÇO SOCIAL.....	47
3.4 PATRIMONIALIZAÇÃO CABANA: ENTRE A MONUMENTALIDADE E A VIVÊNCIA DOS ESPAÇOS.....	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

O homem está envolvido com sua história assim como o desenvolvimento da memória, este cria identidade no ser humano. O sentimento de pertencimento a uma cultura. O processo de identificação está vinculada na relação cultural de um povo, isso se dá desde a pré-história, considerando-se que a espécie humana sempre esteve debruçada sobre a necessidade de produção de ferramentas e de construções, com as mais diversas funcionalidades, para sua sobrevivência ao longo de milênios e em diferentes espaços geográficos. A interferência no ambiente utilizando sua cultura material, essas ações de cada grupo da pré-história está associado em uma cultura material própria tendo um desenvolvimento de contexto social¹ que associam a memória e cultura de um povo mesmo com eventos individuais, seja ela cultural ou espiritual. Já que os sentidos, estão associados a convergências de uma memória material ou imaterial.

Neste contexto, a presente pesquisa pauta-se em compreender a relação entre memória e patrimônio, com atenção especial à Guerra da Cabanagem (1835-1840), a fim de evidenciar como os patrimônios cabanos — frequentemente invisibilizados nas narrativas hegemônicas — podem ser preservados, interpretados e ressignificados ao longo do tempo. A Guerra da Cabanagem, um dos mais expressivos movimentos de resistência popular da história do Brasil, ocorreu na região Norte, mais precisamente no atual estado do Pará, e mobilizou povos indígenas, caboclos, negros e outros segmentos historicamente marginalizados contra o governo imperial. Este evento, embora recorrentemente silenciado pela historiografia oficial, carrega consigo não apenas a memória de um conflito sangrento, mas também um conjunto de legados materiais e imateriais que expressam a luta de sujeitos populares pela afirmação de sua existência e identidade. Ao problematizar os lugares de memória da Cabanagem, torna-se necessário reconhecer que a própria noção de patrimônio cultural, historicamente marcada por escolhas políticas e seletivas, reflete disputas de poder e exclusões. Como aponta Chuva (2017), a constituição do patrimônio no Brasil esteve, em grande medida, vinculada a processos de legitimação de uma memória oficial, deixando à margem expressões culturais populares e subalternas. Assim, valorizar os patrimônios cabanos significa questionar essas hierarquias e abrir espaço para práticas, saberes e lugares que emergem da resistência popular

¹É importante destacar o contexto de uma relação com a memória, o que Michael Pollak(1992) retrata: Pollak destaca que a memória é seletiva e flutuante, com certos elementos permanecendo invariáveis ao longo do tempo. Ele menciona que a memória é composta por acontecimentos vividos pessoalmente, acontecimentos vividos pelo grupo ao qual a pessoa pertence, e eventos históricos que, através da socialização, se tornam parte da memória coletiva.

amazônica, compreendendo-os como parte fundamental da construção da memória coletiva e da identidade regional.

A área de estudo deste conflito consiste na região metropolitana de Belém, sendo um grande potencial de pesquisa patrimonial para com a Cabanagem. A cidade toda foi utilizada como campo de batalha (Rodrigues, 2019; Ricci, 2007). Praças, ruas, rios, diversos pontos da cidade foram transformados em um campo de guerra contra o governo provincial e o atual império regencial brasileiro, que vendo os acontecimentos de indígena, escravos e caboclos tomando o poder da maior cidade amazônica — reprime com força total as forças Cabanas. Segundo a pesquisadora Magda Ricci (2007, p. 6): “a Cabanagem deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia”.

Tendo em vista o grande impacto que a guerra ocasionou principalmente na identidade do povo amazônico, o presente trabalho pauta-se em compreender o sentimento Cabano através dos patrimônios, lugares e regiões da cidade de Belém, visando a biografia destes desde antes da guerra até a atualidade. Existem diversas transformações no ambiente, porém a história continua e perpassa através das mudanças e adaptando-se. O patrimônio nos mostra a história através do tempo, sendo essencial para a identidade e cultura de um povo. As figura 1 e 2 demonstra o mapa do Grão-Pará e todas suas entradas, rios, províncias e fortes, porém a pesquisa se concentrará na cidade de Belém onde os Cabanos romperam com a ordem imperial e instaurou o governo cabano.

Os patrimônios presentes neste trabalho são escolhas individuais do autor. A cidade metropolitana de Belém contém diversos patrimônios do conflito espalhados por todo seu território, logo, ela inteiramente foi um campo de batalha.

Dito isso, esta monografia discute como esses patrimônios históricos são símbolos de resistência. Analisando pela biografia do conflito, sendo essencial para a valorização da memória de uma das maiores revoltas populares.

O primeiro capítulo discute o conceito de biografia do patrimônio do conflito como ferramenta teórico-metodológica para compreender os bens culturais como construções históricas dinâmicas, atravessadas por disputas de poder, conflitos e ressignificações ao longo do tempo. O capítulo parte do entendimento de que os patrimônios associados a conflitos não carregam apenas marcas materiais da violência, mas também significados simbólicos que se transformam conforme os contextos sociais e políticos.

A partir dessa abordagem, o capítulo analisa três patrimônios centrais da cidade de Belém diretamente relacionados à Cabanagem: o Forte do Castelo, o Palácio do Governo (Palácio Lauro Sodré) e a Praça das Mercês. Esses espaços são apresentados em sua trajetória histórica desde o período colonial, destacando suas funções estratégicas, administrativas e militares, bem como sua centralidade durante os episódios da revolta cabana. O Forte do Castelo é interpretado como ponto-chave para o controle da cidade e símbolo da inversão do poder colonial quando apropriado pelos cabanos. O Palácio do Governo surge como espaço de ruptura simbólica, ao ser ocupado por lideranças populares, evidenciando a fragilidade da ordem imperial. Já a Praça das Mercês é analisada como território de mobilização, confronto e circulação popular, fundamental para a dinâmica da guerra urbana.

O segundo capítulo aprofunda a discussão sobre a relação entre Cabanagem, memória e patrimônio, analisando os processos de silenciamento, esquecimento seletivo e disputa narrativa que marcaram a construção histórica do movimento cabano.

O capítulo discute como a memória cabana foi historicamente moldada por narrativas elitistas e coloniais, que invisibilizaram o protagonismo indígena, negro e caboclo, ao mesmo tempo em que preservaram versões oficiais alinhadas aos interesses do Estado imperial.

Ao abordar o patrimônio como espaço de disputa simbólica, o capítulo argumenta que a Cabanagem deve ser compreendida também como patrimônio imaterial, presente nas memórias coletivas, nas narrativas orais e nos territórios onde o conflito ocorreu. São discutidas as tensões entre patrimonialização institucional, marcada pela monumentalidade e pelo apagamento do conflito, e as vivências cotidianas da população que ocupa esses espaços na atualidade.

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, fundamentada em referenciais teóricos da História, da Arqueologia do Conflito e dos Estudos do Patrimônio Cultural. O trabalho adota a perspectiva da biografia do patrimônio, compreendendo os bens analisados como construções históricas dinâmicas, atravessadas por disputas de poder, memória e resignificação ao longo do tempo.

Foram analisadas fontes bibliográficas clássicas e contemporâneas sobre a Cabanagem, bem como documentos históricos, relatos do século XIX, legislações patrimoniais e produções acadêmicas recentes. A interpretação dos dados orienta-se por uma abordagem crítica e decolonial, buscando identificar processos de silenciamento, seleção e hierarquização das memórias, bem como as tensões entre monumentalidade, usos cotidianos e vivências sociais dos espaços patrimoniais na cidade de Belém.

Figura 1 - Localização da cidade de Belém no mapa do Grão-Pará



Fonte: Biblioteca Nacional, 1629. Disponível em: <https://bdigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 18/10/2024

Figura 2 - Arredores abaixo da cidade de Belém mostrando fortes e províncias



Fonte: Biblioteca Nacional, 1629. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acessado em 18/10/2024

O impacto para que a guerra explodisse foi a grande desigualdade e trabalho quase que escravo na província, a pesquisadora Denise Rodrigues (2019) dialoga sobre a frágil situação que se encontrava a província do Grão-Pará²

Ao final do século XVIII, a Amazônia não alcançou a prosperidade pretendida e prometida pela intervenção pombalina na administração do Estado do Grão-Pará. Sob a égide dos Diretórios, a opressão dos índios aumentou, provocando fugas constantes e mortes prematuras, em razão das pesadas jornadas de trabalho e dos castigos corporais, usados de forma tão imoderada em sua intensidade quanto em sua frequência. A demanda sempre crescente por escravos levava à necessidade de novos apresamentos, sempre mais difíceis, em face do rigor predatório dessas tropas de resgate, que levou ao extermínio a maioria das nações indígenas que habitavam a região (Rodrigues, 2019, p. 26)

A província buscava o desenvolvimento, a Amazônia estava economicamente estagnada e precisava de braços ativos para suprir as necessidades do progresso amazônico, porém se usou de todas as formas possíveis para que populações mais pobres sofressem com a falta do desenvolvimento econômico. Todo o passado do Grão-Pará tornava-se em exemplo

² A Província do Grão-Pará foi uma unidade administrativa do Brasil entre 1821 e 1889, formada a partir das antigas capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro. Ela corresponde, em grande parte, ao atual estado do Pará e desempenhou papel estratégico durante o período colonial e imperial

crescente de opressão colonial, de uma infame conquista territorial, econômica e cultural, que teria alijado as camadas populares do poder (Ricci, 2007).

Estes seriam os grandes causadores de uma revolução popular aliada a ideias liberais que em 1820³ tomavam forma em Portugal, Os intelectuais utilizaram a imprensa local para repassar os ideais liberais, tendo o jornal O PARAENSE como uma das principais fontes para a comunicação e informação para demais populações

O papel que a imprensa livre teve na difusão das ideias do liberalismo que caracterizaria o Vintismo transplantado para a Amazônia foi crucial, na medida em que permitiu o embasamento teórico-ideológico de aspirações à liberdade que já estavam presentes no imaginário da população, qualquer que fosse a sua origem. As contradições apontadas por Mártires Coelho, que se evidenciam a partir das diferentes interpretações do liberalismo português realizadas no espaço colonial, especialmente na Amazônia, estabelecem claramente os limites de sua proposta de regeneração (Rodrigues, 2019. p. 27)

O sentimento de liberdade estava crescendo cada vez mais, diante disso as mobilizações Cabanas estavam cada vez maiores. Neste sentido, a pesquisa vai buscar compreender este sentimento de revolução pela liberdade no estudo patrimonial sendo investigar as condições do patrimônio, qual a sua história e se recebe os cuidados significativos para sua importância na história paraense. Deve-se considerar, nesse processo, os projetos de educação patrimonial que tais lugares recebem — ou deixam de receber — tendo como foco a perspectiva decolonial. As concepções de patrimônio não são estáticas: elas se transformam conforme mudam as noções de luta, direitos e liberdade. Nesse sentido, a leitura do patrimônio está profundamente entrelaçada com a decolonialidade (Chuva, 2020). A autora argumenta que a mobilização de uma concepção integrada de patrimônio pode revelar sentidos e narrativas diversas, promovendo uma atitude crítica e decolonial diante das formas hegemônicas de seleção e preservação da memória. Cervantes e Azabache (2023), mencionam o patrimônio como principal maneira de identidade de um povo/local, sendo assim o meio fundamental de conexão com a história e memória de um determinado povo.

Assim, a função social desta pesquisa é fomentar práticas de educação patrimonial a partir de patrimônios que não são historicamente reconhecidos como locais de lutas e conflitos da revolução: espaços e construções que, em sua origem, estiveram associados às elites ou ao poder instituído, mas que, ao longo do tempo, foram apropriados e ressignificados pelas camadas populares ou ao contrário, espaços que eram de camadas populares, mas que

³ O Vintismo, movimento político liberal que ocorreu em Portugal entre agosto de 1820 e abril de 1823. Esse período foi marcado pelo radicalismo das soluções liberais e pelo predomínio político das Cortes Constituintes, fortemente influenciadas pela Constituição Espanhola de Cádiz (Subtil, 1986)

hoje se encontram como espaços elitizados. Ao analisar os espaços de pós-conflito, tende-se observar como esses espaços ganharam sentido no passado e como continuam a pulsar na vida cotidiana do tempo presente. Utilizando o termo de “Biografias” é possível examinar esses locais como as autoras Sørensen e Rose, (2015. p. 3) citam:

A abordagem biográfica permite que os autores se concentrem em lugares específicos, analisando como os processos de interpretação e reinterpretação se desenrolam ao longo do tempo e como as reivindicações sobre eventos históricos são moldadas por diferentes estágios e experiências pós-conflito e por diferentes tipos de atores.

Ao valorizar esses novos usos e significados, a investigação contribui para questionar a lógica patrimonial excludente e afirmar a potência dos sujeitos populares na produção de memórias coletivas. Nesse movimento, a Cabanagem emerge não apenas como um episódio histórico, mas como um lugar de resistência que continua a inspirar debates sobre cidadania, justiça e pertencimento, sendo, portanto, central para a construção de uma educação patrimonial de caráter decolonial. Neste sentido, a pesquisa busca compreender os sentidos de luta presentes no patrimônio cabano, constituído fundamentalmente por heranças indígenas, afrodescendentes e caboclas. Parte-se da compreensão de que o patrimônio não é um dado natural ou neutro, mas uma construção social e política, atravessada por disputas de memória, de poder e de legitimidade. Assumimos, portanto, uma concepção crítica e decolonial de patrimônio, conforme argumenta Chuva (2017; 2020), entendendo-o como um campo dinâmico no qual diferentes sujeitos disputam narrativas e reconhecimentos. A partir dessa perspectiva, o patrimônio cultural é concebido não apenas como vestígio material ou imaterial do passado, mas como ferramenta ativa de afirmação de identidades, de reivindicação de direitos e de promoção da justiça social, sobretudo quando se trata de experiências e práticas historicamente silenciadas.

2. BIOGRAFIA DO PATRIMÔNIO

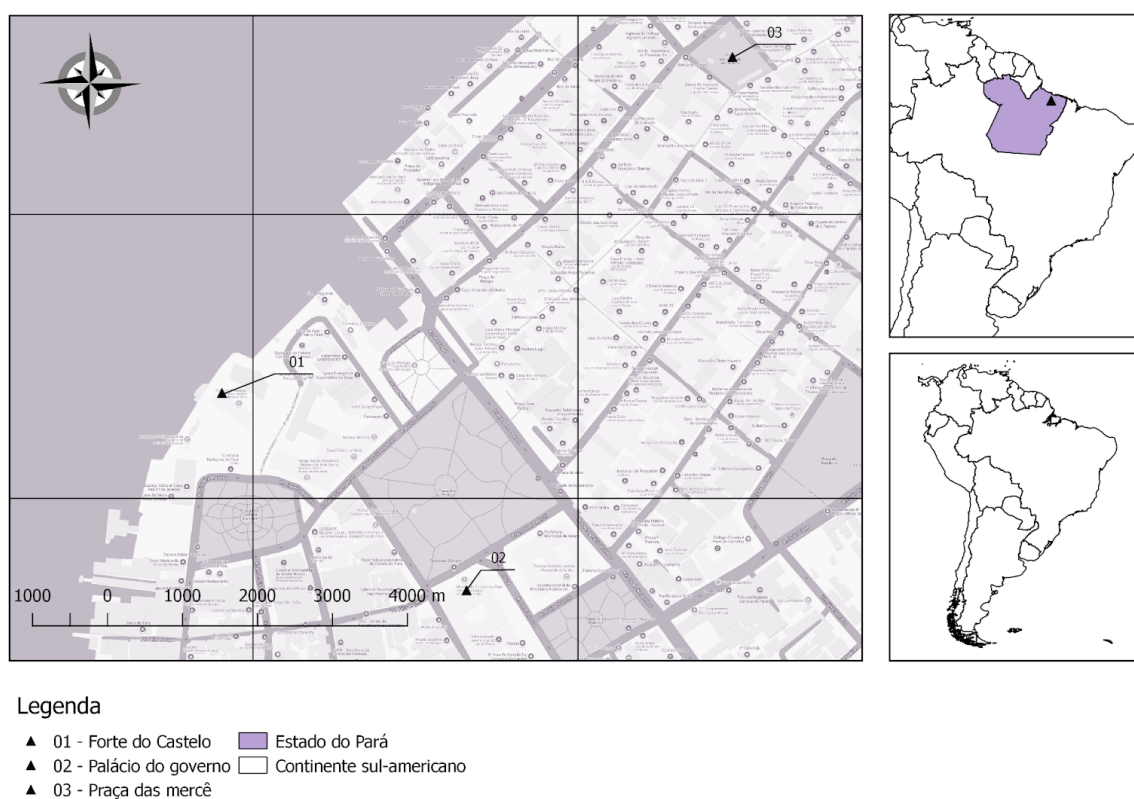
Já tem algumas décadas que pesquisadores vêm se interessando por temas que envolvem o conflito e memória no âmbito da cultura material influenciados por ideias modernas, o pensamento dialético ensina-nos que a experiência das sociedades passadas é resultado da vivência e luta entre os atores sociais. Sendo assim, a busca por resultado dos patrimônios e como são vistos, sejam eles tangentes ou não referentes a lugares onde ocorreram conflitos históricos, recorre a importância da análise do patrimônio conflituoso e como são afetados.

O conflito afeta o patrimônio de uma maneira que pode ser tangível, imediata e visual, e, por meio disso, também afeta os significados e associações intangíveis vinculados a esse patrimônio; as reconstruções pós-conflito afetam ambas as dimensões de forma semelhante. Além disso, devido às estreitas interconexões entre o patrimônio tangível e o imaterial, é difícil danificar um sem também afetar o outro (Sørensen e Rose, 2015, p.7)

É amplamente reconhecido que os sítios patrimoniais funcionam como pontos de referência simbólicos em contextos urbanos e rurais, ajudando a formar o sentido de lugar e fortalecendo os vínculos entre as pessoas e os espaços que habitam. Contudo, nem todos os locais possuem o mesmo valor simbólico, e as razões e modos pelos quais certos espaços se tornam significativamente ligados ao patrimônio ainda carecem de maior compreensão. A biografia do patrimônio, portanto, é essencial para entender as dinâmicas sociais e culturais que influenciam a preservação e a memória coletiva (Lino, Symonds, 2021), autores como Marie Louise Stig Sørensen e Dacia Viejo-Rose (2015) citam a biografia dos patrimônios como algo de imensa importância para a memória do conflito, ela destaca que essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das camadas de significados e das relações de poder envolvidas na preservação do patrimônio. A biografia do patrimônio ajuda a revelar como os bens culturais são apropriados, reinterpretados e ressignificados ao longo do tempo, promovendo uma visão mais crítica e inclusiva da história cultural. A ação das sociedades de classe envolve a análise de apropriações de excedentes, contradições internas e diferentes formas de dominação e resistência. A interpretação do conflito é subjetiva. Assim como a interpretação do patrimônio cultural muda conforme o tempo, o mesmo se aplica ao patrimônio do conflito que traz ideias diferentes conforme o tempo. Os autores Jaisson Teixeira Lino e James Symonds (2021) enfatizam que a biografia do patrimônio ajuda a revelar as camadas de significados e as relações de poder envolvidas na preservação desses bens, promovendo uma visão mais crítica e inclusiva da história cultural.

Neste trabalho, os patrimônios escolhidos (Figura 3) são três, essenciais na guerra Cabana, pois estão presentes ruas onde houveram fortes batalhas, sendo eles o forte do castelo – lugar de suma importância tomado pelo cabanos para a conquista da cidade de Belém; Palácio do governo provincial, onde residiu o governador morto pelos cabanos Lobo de Souza⁴ e os três principais líderes cabanos, além de diversas revoltas no local; Largo das Mercês ou Praça Visconde do Rio Branco, onde houveram diversos conflitos entre os cabanos e as forças do governo provincial a fim de impedir a tomada dos cabanos pela cidade. Após a guerra, esses patrimônios tiveram diversos usos ou mudanças na cidade de Belém.

Figura 3 - Mapa da localização dos patrimônios



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

2.1 FORTE DO CASTELO

O Forte do Castelo é um dos principais marcos históricos da cidade de Belém e da região Norte do Brasil. Sua construção no início do século XVII, como parte das estratégias

⁴ O governador Lobo de Souza foi presidente da Província do Grão-Pará e acabou sendo morto em janeiro de 1835, no início da revolta da Cabanagem.

militares portuguesas para garantir o controle da Amazônia, reflete a importância da fortificação na defesa do território e na configuração da cidade de Belém. A memória do forte remonta a grande cidade colonial da Amazônia, onde também seria palco de uma das revoltas mais sangrentas do país.

A essência do Forte do Castelo remonta ao período de consolidação do domínio português na região amazônica. Em 1616, o capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco (Amaral, 2004; Raiol, 1883) fundou a cidade de Belém com o objetivo de estabelecer um ponto estratégico no controle das rotas fluviais da Amazônia e do comércio entre o Brasil e a Europa. O território era alvo de disputas com outras potências coloniais, como os holandeses e os franceses, que também buscavam se estabelecer na região. O controle das águas do Rio Amazonas e de seus afluentes era crucial para garantir a soberania portuguesa.

O Forte do Castelo nasce entre 1616 e 1621, no alto do morro de Santa Maria, um ponto estratégico que proporcionava uma ampla visão dos rios Guamá e Amazonas.

Deixando pois a ilha de Marajó à mão direita foi costeando, desde a Tijioca, as terras e ilhas que ficam aquém daquela, comunicando por vezes com os índios e contando-lhes as proezas contra os franceses no Maranhão, até que, navegadas umas 35 léguas [por este número as avaliaram então], encontrou um pontal de chão firme e elevado, de grês ferruginoso, igual ao da Ilha do Maranhão, que julgou mais apropriado para a povoação que ia fundar. Era uma península formada à margem direita do rio Guamá ao desembocar no Guajará. De modo Fundação de Belém do Pará que dos dois lados ficara essa península defendida pelos próprios igapós ou alagados desses dois rios. No pontal mais saliente construiu o forte a que deu o nome de Santo Cristo, chamando à cidade de Nossa Senhora de Belém. (Amaral, 2004. p. 72)

O Forte do Castelo tinha uma formação defensiva boa por conta do terreno em que se encontrava, pois era situada entre a baía do Guajará e o rio Guamá, tendo ainda o antigo Pântano do Piri em sua retaguarda, constituía-se com uma cidade “naturalmente” fortificada (Araújo 1998; 2006).

A localidade alta, de quatro a cinco braças acima do nível comum das terras, adaptava-se bem aos dispositivos de defesa militar. Tinha duas faces para os dois rios, sendo por esse lado escarpada, ligada ao continente por uma estreita faixa de terra; fácil seria isolá-la e defendê-la. O forte erguido era de paliçada,¹ em quadrilátero, feito de taipa de pilão na parte do rio e guarnecido por cestões na parte de terra (Costa, 2016. P. 119)

O nome Santo Cristo posteriormente foi trocado por Castelo em memória do fundador Francisco Caldeira de Castelo Branco (Raiol, 1883). Ultimamente, tem-se debatido que foi a partir dessa fortificação que o núcleo urbano inicial se desenvolveu, obedecendo à prática de

criação de cidades portuguesas no mundo colonial (Araújo, 1998). Desta maneira, as ruas foram organizadas tendo a fortificação como seu ponto principal.

[...] o desenho das ruas da Cidade Velha segue uma intenção radiocêntrica a partir da praça, a praça-de-armas, e o alinhamento da primeira rua coincide com a direção cardinal norte-sul. As seguintes correspondem a leves inflexões, uma com inclinação de 5° e outras duas com inclinações respectivas de 15° e 35°. O cruzamento de tais ruas radiais é feito por transversais, que cruzam ortogonalmente a rua central, e depois inflexionam para, outra vez, perfazer um ângulo recto com a via seguinte. A despeito de algumas “falhas” na execução do conjunto, existe no traçado urbano da Cidade Velha de Belém uma clara noção de unidade de desenho (Araújo, 1998. p. 81)

Seu primeiro espaço ocupado foi o do bairro hoje conhecido como Cidade Velha que no período colonial chamado de Cidade, lugar por grande excelência da administração local, com seus prédios administrativos e eclesiásticos. Ao seu lado, configurava-se a Campina, bairro de vocação comercial por estar mais próximo ao porto, localizado no canal do Piri (Araújo, 2006). Até a primeira metade do século XIX, a cidade se configurava apenas nesses dois bairros, somente depois de um tempo a cidade cresceu para bairros mais distantes.

Durante os anos de 1759 e em 1773, o forte recebeu reformas. A partir de 1759 o forte teve parte de suas instalações transformadas em hospital, o então governador Fernando da Costa de Ataíde Teive o transformou em hospital militar. Hoje, esse local é conhecido como a Casa das Onze Janelas (Costa, 2016).

Não foram encontradas fontes sobre o cotidiano dos cabanos no forte do castelo, que ajudem a compreender o dia a dia dos revoltosos, já que o forte era um quartel general e um ponto estratégico na cidade. Apesar do forte em 1835 não ter a figura de um forte majestoso como é nos dias atuais⁵, a guarnição de armamentos e suprimentos médicos ficava no local (Di Paolo, 1990; Costa 2007).

O livro *Motins Políticos* (1865) do Barão de Guajará sendo a principal fonte narrativa dos acontecimentos nos locais apresentados, não contém informações detalhadas do dia a dia dos revoltosos. O forte representa um grande local estratégico para a cidade de Belém, além de ser um ponto de guarda bélico para a cidade como retrata o Barão de Guajará: “Malcher sabendo que Vinagre saíra de palacio em direcção ao quartel e ouvindo ahi pouco depois tocar rebate, correu ao Castello e fez deste forte seu ponto de apoio e de operações” (Raiol, 1865, p. 427). Durante a revolta Cabana, o forte foi uma das principais tomadas dos revoltosos. O total controle do forte era um ponto significativo para a conquista da cidade,

⁵ “O Castelo, tal como hoje o vemos, é obra mais próxima de nós, executada já posteriormente ao advento da nossa independência, sob um plano muito mais vasto. O que ali se fez nada mais era do que uma bateria, incompatível com os pomposos títulos de fortaleza e castelo” (Costa, 2007, p. 48)

podendo então ter acesso sobre a defesa da baía do Guajará e controle do ponto central da cidade e palácio do governo provincial. Sendo bastante bombardeado durante a tomada dos cabanos (Rodrigues, 2019).

Durante a Cabanagem, os revoltosos utilizaram do posto médico do forte e também dos armamentos guardados no mesmo, segundo o primeiro autor a escrever a Cabanagem Domingos Antônio Raiol (1865), se deram diversos conflitos envolvendo a fortificação, Porém o conflito que mais se usou a fortificação foi justamente a guerra cabana. Sob a liderança de Antônio Vinagre, a conquista do Forte significava mais do que um ganho estratégico: tratava-se de uma inversão simbólica, em que a estrutura de poder construída para controlar a população local foi utilizada como instrumento de afirmação popular. O Forte, convertido em quartel dos revoltosos, testemunhou a ruptura da ordem e tornou-se um marco da presença cabana no coração da capital.

Figura 4 - Foto registrada do Forte do Castelo



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2023).

Figura 5 - Foto registrada no interior do Forte



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

Com a diminuição das ameaças externas e transformações históricas, o forte gradualmente perdeu seu papel militar — e, ao longo dos séculos XIX e XX, desempenhou diversas funções: quartel, hospital, Arsenal de Guerra como foi falado antes, sede social do exército e até espaço de lazer para o Círculo Militar. A partir da segunda metade do século XX sua relevância histórica passou a ser oficialmente reconhecida: foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1962 (Costa, 2007). Em 2002, o local foi transformado em espaço museológico, acolhendo o Museu do Encontro — que preserva e exhibe artefatos indígenas e da colonização amazônica — e tornando-se um símbolo vivo da memória de Belém, da colonização colonial e das disputas históricas por territorialidade e identidade na Amazônia. (Ferreira, 2010)

A essência especial do forte se dá pelo grande envolvimento dos conflitos em tempos coloniais e imperiais, remontando a luta de diversos povos por justiça, liberdade e melhores condições de vida até no fim, ser musealizado. A biografia deste lugar revela grandes mudanças, quando aplicamos esse olhar ao Forte do Castelo, podemos compreender não apenas sua construção militar, mas a maneira como ele foi sendo significado socialmente, politicamente e culturalmente. O forte do castelo é um grande exemplo de patrimônio do conflito, cujo o estudo é ligado às concepções de eventos bélicos que tiveram neste patrimônio (Lino; Funari, 2013), configurando-se como um patrimônio de luta dentro das estratégias militares e formação de batalha que os cabanos tiveram com a invasão de Belém.

2.2 PALÁCIO DO GOVERNO

O Palácio do governo da província do Grão-Pará ou palácio Lauro Sodré como hoje é chamado, localizado na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, é um edifício histórico que ocupa um papel central na história política e social da Amazônia, especialmente no contexto da Cabanagem. Esta edificação não apenas reflete a arquitetura e os ideais políticos de sua época, mas também está intrinsecamente ligada a uma das maiores revoltas populares ocorridas no Brasil Império. Esta monografia busca analisar as transformações e a relevância do palácio como um patrimônio do conflito, sendo protagonista na revolta cabana.

O palácio teve sua construção no século XVIII, durante o período colonial, por ordem do governo português, visando abrigar as autoridades administrativas da região do Pará. Na época, Belém era um ponto estratégico do Império Português, dada a sua posição geográfica na Amazônia, importante para o controle do vasto território e a exploração de seus recursos naturais (Amaral, 2004). Inicialmente, o edifício foi projetado para ser a sede do governo da província do Pará, funcionando como a residência dos governadores e a sede do poder executivo local.

Conduzida pela administração iluminista pombalina, Belém, na segunda metade do século XVIII, exercendo a função de capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão no Brasil e atuando como uma das sedes administrativas da colônia portuguesa na América, vai ter inserida no cenário urbano uma monumental edificação, projetada pelo arquiteto italiano Antônio José Landi, para servir de Palácio e Residência dos Governadores do Grão-Pará. É de 1715 a notícia da existência da primeira edificação erguida para funcionar o Palácio dos

Governadores do Grão-Pará. Situava-se no bairro da Cidade no centro urbano de Belém. (Trindade, 2005. p. 145)

A situação do palácio não era boa, diversas estruturas do primeiro espaço construído ficou como precário, em 1757 é comunicado que a administração da capitania seria transferida para uma casa de aluguel devido ao risco de um desabamento. Em 1759, o governador do Grão-Pará, Manuel Bernardo Mello de Castro, comunicou à Corte a péssima situação em que se encontrava o Palácio da Residência dos Governadores. Segundo a pesquisadora Maria Trindade (2005), este governador solicita então uma vistoria aos técnicos do Reino, da qual Landi⁶ e os engenheiros Galluzie e Manuel Mendes participam e certificam o estado de ruína em que se encontrava o prédio, sugerindo sua demolição com o aproveitamento de algumas telhas e peças de madeira.

O governador solicita a Landi um projeto para um novo palácio, com a recomendação da execução de um “desenho de uma casa decente, e sem superfluidades”, e encaminha-o à Corte, declarando que a obra “não poderá ser de grande despesa.” Em 1761, sem resposta da Corte, o mesmo governador se dirige de novo ao rei, remetendo uma nova planta para o Palácio, projetada por Landi (Trindade, 2005, p. 145).

A construção começou de fato na no final do século XVII, sendo uma das maiores construções e edificações da Amazônia em sua época (Amaral, 2004; Santos, 2008). O palácio deveria significar a grandeza da cidade abrigando os governadores, tendo por conta disso uma arquitetura real e significativa para a cidade. O arquiteto bolonhês se inspirou em grandes construções luso-brasileiras e italianas em seus projetos, com uma capela em arquitetura italiana (Trindade, 2005). Os projetos de landi previam grandes construções e materiais que tiveram um grande gastos mas ficaria como uma das mais belas construções da Amazônia

Landi foi contratado pelo rei de Portugal para integrar a Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses no Norte do Brasil. Ele chegou ao Pará em 1753 e, durante sua estadia, projetou e supervisionou a construção de várias edificações importantes, incluindo igrejas, palácios e outras estruturas públicas. (Santos, 2008. p. 43)

O empreendimento foi um dos mais dispendiosos já realizados, conferindo a Belém a reputação de capital portuguesa da Amazônia colonial. O Palácio de Landi, considerado a obra-prima da arquitetura civil do artista bolonhês, representa a reafirmação do poder Real no

⁶ Landi foi contratado pelo rei de Portugal para integrar a Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses no Norte do Brasil. Ele chegou ao Pará em 1753 e, durante sua estadia, projetou e supervisionou a construção de várias edificações importantes, incluindo igrejas, palácios e outras estruturas públicas (Mello, 1973).

contexto da colonização pombalina, sendo a mais ilustre instalação político-administrativa da colônia portuguesa na América, onde os territórios portugueses, para fins administrativos, abrangiam dois Estados: o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão(Santos, 2008; Trindade, 2005; Amaral 2004). Atualmente, mesmo com o crescimento urbano, assumindo proporções metropolitanas, as linhas monumentais deste Palácio ainda se destacam sobre todas as manifestações arquitetônicas de sua época no Centro Histórico de Belém (CHB).

Figura 6 - Foto registrada da fachada do Palácio



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

Figura 7 - Interior do Palácio



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

narrar todos os acontecimentos que houveram na revolta, mas mostrar o palácio como um patrimônio do conflito.

Diversas fontes conversam diante o protagonismo do palácio na cabanagem, pois como foi falado — esta era a moradia do governador da província do Grão-Pará, sendo sua conquista de suma importância para os objetivos dos revoltosos. A ocupação cabana do Palácio do Governo não representou apenas uma mudança abrupta de autoridade política, mas uma profunda ruptura simbólica. O edifício — projetado segundo padrões neoclássicos europeus, com sua arquitetura marcada pela racionalidade, pela ordem e pela estética do poder estatal — era, para a elite luso-brasileira, um espaço sagrado, reservado aos representantes legítimos do governo. Ali se encenava a autoridade, e a própria materialidade do palácio reforçava a ideia de civilidade, hierarquia e domínio político, nas palavras de Pasquale Di Paolo (1986. P. 215): “[...]o Palácio do Governo, talvez pela primeira vez na História do Brasil, estava aberto a todos. O contato com as bases, diretamente e através do Conselho Cabano, é que constituía a força política de seu governo e de seu poder.”. Quando líderes populares, frequentemente classificados como “bárbaros”, “selvagens” ou “subversivos” pelas narrativas da elite, assumem temporariamente esse lugar de comando, o choque simbólico é profundo.

Não se trata apenas da tomada física do espaço, mas da subversão de sua função: o palácio, criado para operar como instrumento de exclusão, é momentaneamente apropriado por aqueles que ele pretendia manter do lado de fora. Esse gesto produz uma inversão dramática das hierarquias sociais. Os cabanos, expressões das camadas marginalizadas — indígenas, negros, mestiços, trabalhadores pobres — passam a governar a partir do coração institucional do poder. Ao fazê-lo, desmontam, ainda que por breve período, o monopólio simbólico da elite sobre o espaço público e sobre a narrativa de quem é autorizado a governar, como novamente Di Paolo (1986. P. 215) argumenta: “Na prática política, os caboclos vivenciaram, pela primeira vez, o exercício da "cidadania".”. A presença desses grupos no interior do prédio é percebida, pelos contemporâneos dominantes, como uma profanação: não apenas um ataque militar, mas uma violação moral e estética (Ricci, 2007).

Por isso, o Palácio do Governo, no contexto cabano, torna-se um patrimônio marcado pelo conflito. Sua memória não se fixa apenas no que representou como sede administrativa, mas no fato de ter sido cenário de uma disputa sobre pertencimento, legitimidade e identidade política. A tomada cabana reconfigura a arquitetura como campo simbólico: o que era monumento da ordem passa a testemunhar a ruptura; o que era expressão da autoridade da elite torna-se evidência de sua vulnerabilidade. Domingos Raiol (1887) em sua maioria, fala

sobre os eventos que se desenvolveram no palácio, começando pelo assassinato do então governador Bernado Lobo de Souza. Seu assassinato ocorreu nas escadas do palácio pelos cabanos. O governador teve um governo marcado pela injustiça social fazendo com que o movimento explodisse e a cidade invadida pelos cabanos (Raiol, 1887). Logo depois da morte de Lobo de Souza, os cabanos colocaram Félix Clemente Malcher no poder. Porém este não duraria muito e logo seria morto pelos próprios cabanos pela má administração da província e sua influência política, sendo considerado um traidor do movimento cabano (Ricci, 2007; Rodrigues, 2019; Raiol, 1887).

Francisco Vinagre assume o poder como uma figura importante para os cabanos, pois luta pelos ideais com maior força, assumindo a identidade cabana na cidade. Porém seu governo não perdurou por muito tempo, Vinagre aceita se render às forças imperiais em troca de uma anistia geral para os revolucionários e melhores condições de vida para a população (Ricci, 2007; Rodrigues, 2019; Raiol, 1887).

Depois de Vinagre quem assume é Eduardo Francisco Nogueira Angelim que era ligado a Vinagre, Angelim consegue assumir o poder da cidade até 1836 quando é capturado pelas tropas Regenciais.

Angelim aceita a idéia de se retirar da cidade e ficar à espera de uma anistia, para evitar um inútil banho de sangue com o fatal massacre da população civil que havia ficado na cidade. O bispo exorta os cabanos reunidos em frente ao palácio, a deporem as armas e a obedecerem as leis e as novas autoridades designadas pela Regência e em troca receberem a anistia. A fala não resultou produtiva; em vários pontos da cidade ocorreram incêndios (Rodrigues, 2019, p. 249)

Segundo Raiol (1887), Angelim já não tinha controle das tropas, resultando em grandes manifestações e lutas pela cidade. Durante todo o governo cabano, instabilidade política entre os próprios cabanos resultou na em três líderes saindo do poder em pouco mais de um ano (Ricci, 2007).

Ao longo de sua trajetória, o Palácio passou por diversas reformas arquitetônicas, adaptações e mudanças de função, que marcam etapas distintas de sua biografia. No século XIX, recebeu intervenções de caráter neoclássico, adequando-se ao gosto das elites imperial e republicana. No início do século XX, durante a economia da borracha, consolidou-se como símbolo de modernização urbana e prestígio político regional (Trindade, 2005).

Após a transferência definitiva da sede governamental para o Palácio dos Despachos⁷, o edifício perdeu sua função original e foi reinterpretado como patrimônio histórico, sendo tombado pelo IPHAN e transformado em sua fase final, no Museu do Estado do Pará (MEP)

⁷ Nova sede governamental do estado, localizada no bairro do Marco em Belém.

(Ferreira, 2010). Essa mudança representa o momento em que o bem deixa de exercer poder político direto e passa a desempenhar funções culturais, educativas e turísticas, adquirindo novos sentidos sociais. Hoje, o antigo Palácio do Governo é um espaço onde diferentes memórias — coloniais, políticas, artísticas e populares — se cruzam, revelando como o patrimônio nunca permanece estático, mas é continuamente ressignificado pela sociedade, mesmo contendo marcas de guerra e revolução popular.

2.3 PRAÇA DAS MERCÊS

O Largo das Mercês, situado no coração de Belém, é um local de grande importância histórica e cultural para a cidade e, por conseguinte, para o Brasil. Esse espaço urbano, que desde os tempos coloniais desempenha um papel central no cotidiano da população belenense, foi cenário de eventos significativos, incluindo a Revolta dos Cabanos. Neste texto, abordaremos a história do Largo das Mercês, sua evolução ao longo do tempo e a sua relação com o movimento cabano, que marcou a luta contra as injustiças sociais e a opressão do governo imperial.

Para compreender melhor sobre o antigo largo que hoje é a praça, é preciso falar sobre a sua criação. De acordo com a pesquisadora Tatiana Borges (2011), o largo vem de uma doação de terras que frades mercedários receberam. O terreno onde hoje é a rua XV de novembro foi erguido um convento e uma igreja de taipa.

Um ano depois, a Igreja das Mercês estava pronta (primeira edificação) e o terreno que se localizava diante do prédio e que era um pequeno descampado, sem qualquer urbanização, foi transformado em feira, onde eram comercializados gêneros de primeira necessidade desembarcados na praia, ao lado da igreja, e que ficou conhecido depois como Largo das Mercês, sendo o sexto largo aberto na povoação. (Borges, 2011. p. 30)

Figura 9 - Vista do largo das Mercês, ainda descampado e circundado pelo casario colonial



Fonte: Litogravura do italiano Joseph Léon Righini, publicada em 1867. Disponível em: [Centro de Memória da Amazônia](#).

A partir da construção da igreja das mercês, se intensifica o processo de ocupação do bairro da campina. A localização da Igreja das Mercês, próxima à praia e no meio do caminho que ligava o Forte ao Convento de Santo Antônio, permitiu a criação de um polo de atração no novo bairro, assegurando o estabelecimento de condições mais favoráveis à fixação de novos moradores. (Borges, 2011)

O entorno imediato da Igreja das Mercês registra, nesta época, três acontecimentos decisivos na sua consolidação. Em 1650, a Santa Casa de Misericórdia constrói ali o seu edifício (já desaparecido nos dias de hoje), em 1665, a construção do Fortim de São Pedro Nolasco na beira do rio, por detrás da igreja das Mercês, revelando a intenção de garantir a segurança dos habitantes do novo bairro e, em 1676, o desembarque em Belém de 234 colonos açorianos (de ambos os sexos), vindos para residir e trabalhar na colônia. Para alojá-los, o poder público determina a abertura da Rua Nova de Santana (hoje Rua Manoel Barata) (Cruz, 1970; Borges, 2011).

Assim, ao final do século XVII, já se pode verificar um claro vetor de expansão da cidade em direção ao novo bairro da Campina. De fato, até a segunda metade do século seguinte, Belém assistirá a transferência dos principais prédios administrativos para essa região. Esse deslocamento parece corresponder igualmente à ascensão de uma classe mercantil que elegerá o antigo caminho de Santo Antônio como principal via para a construção de suas residências, armazéns e lojas comerciais. (Borges, 2011. p.33)

Embora a Revolta dos Cabanos tenha se estendido por várias localidades do Pará, o Largo das Mercês teve uma importância simbólica e estratégica durante os conflitos. A praça foi um dos locais de encontro dos cabanos que, em diversos momentos, se organizaram para planejar suas ações de resistência. Além disso, o Largo das Mercês, por sua proximidade com centros de poder na cidade, como o governo provincial e a Igreja, tornou-se um espaço de contestação e mobilização popular.

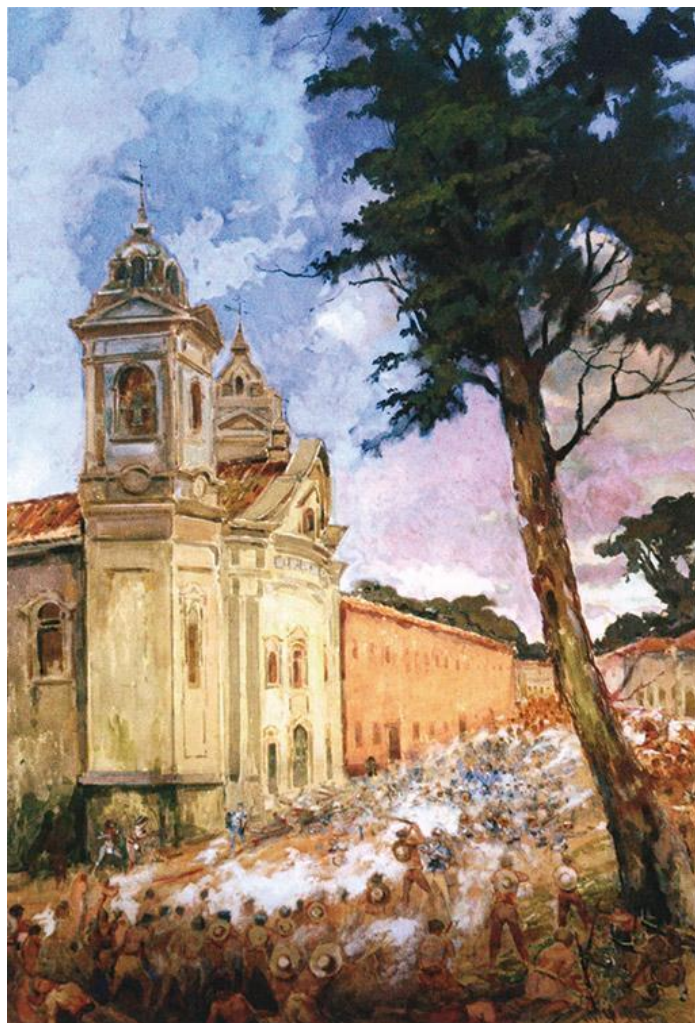
Domingos Raiol (1865), em seu livro fala sobre as revoltas que aconteciam e a mobilização das tropas para conter os revoltosos. Diante dos acontecimentos em que se encontrava a cabanagem, era preciso uma mobilização das tropas para conter os revoltosos e pará-los antes que pudessem chegar ao palácio do governo.

Ordenou incontinenti se tocasse á rebate, e foi encontrar o batalhão n. 25 e o corpo de artilharia, voltando depois á frente delles. Reunida a força, mandou que o corpo de policia fosse tomar posição no largo das Mercês, marchando elle com os corpos de linha pela rua da Cadêa e de Santo Antonio até defronte do becco do Açougue. Em frente deste becco foram postados dois canhões e outros dois no largo das Mercês com direcção ao quartel do batalhão n. 24. Os quatro, que restaram, ficaram no largo mais proximo, defendidos pelos corpos de segunda linha, por não ser preciso empregal-os. (Raiol, 1865. p. 293, 294)

A cidade toda foi preparada para conter os cabanos, segundo domingos, em algumas partes da cidade foi possível conter os revoltosos com pouco número de mortos das forças policiais sendo o governo vitorioso nessas ocasiões como ele narra: “Que o fogo durou somente alguns minutos, seguindo-se logo a prisão dos sediciosos; tendo apenas fugido alguns e havendo da parte delles um morto pela temeraria resistência que oppoz, e dez feridos; e da parte da força legal. apenas um cidadão ferido” (Raiol, 1865. p. 300).

O Largo das Mercês e a região entre o forte do castelo e o palácio do governo foram os locais mais afetados durante a guerra, tendo um grande impacto nos locais que ficaram marcados pela revolta. Dentre as batalhas que tiveram relevância, se destaca a tomada do trem de guerra pelos cabanos cujo o mesmo tinha munições e armamentos sendo um alvo extremamente importante para os revoltosos.

Figura 10 - Tomada ao trem de guerra



Fonte: Pintura em aquarela do artista Alfredo Norfini, 1940. Disponível: Câmara dos deputados: [NORFINI, Alfredo. “A tomada ao Trem de Guerra”. Acervo do Museu de Arte de Belém. — Portal da Câmara dos Deputados.](#)

A pintura acima do artista Alfredo Norfini retrata a batalha para tomar o trem de guerra, esta mostra o conflito acontecendo em frente a igreja das Mercês. Domingos Raiol (1865) relata em seu livro duas narrativas sobre o conflito:

No dia 15, às 10 horas da noite, ao signal de um foguete do ar, começou a tocar à rebate em todos os corpos, acudiram logo os Milicianos e muitos cidadãos a unir-se à Junta Provisória no largo de Palácio, porém toda a tropa de linha (a excepção de mui pequeno numero) com as odiosas vozes de morram os europeós, desobedecendo a seus chefes correo a formar-se no largo das Mercês, próximo ao Trem de Artilharia, que pretenderam se lhes abrisse para se municiarem, visto que a Junta Provisoria antecipadamente havia feito retirar dos alojamentos todo o cartuxame embalado, que all se achava: recusou o Commandante d'Artilharia, Director do Trem, que se achava; dentro com o Corpo do seu Commando, se abrisse a porta, porém os rebeldes a pretenderam arrombar à golpes de machados ; foi nesta occasião que o Commandante d'Artilharia conheceu que seus soldados, em quem confiava, cuja fidelidade havia sempre assegurado, se achavam parciaes dos criminosos, e instado pelo conego Campos que alli se achava tendo sido conduzido por uma escolta de cavallaria, para que abrisse o Trem, elle o abriu e então aquella tropa revolucionada se municiou de cartuxame, terçados e artilharia de campanha. (Raiol, 1865. p. 323)

Raiol, claramente anti-cabano, condena os atos revoltosos em sua escrita, sempre depreciando os atos cabanos. Durante o seu segundo relato, Domingos Raiol novamente narra de forma reprobatória o ato do trem:

Um bando de soldados de linha e de desordeiros atacam à viva força o trem de guerra, para tomarem armas com o pretexto de reformar o pessoal do governo; obtido e armamento, marcham para palacio, levando à sua frente o conego Baptista Campos. Alcançado o fim apparente que ali os leva, deixam o conego, dissimulando-se pela cidade, arrombam e saqueam grande numero de casas de commercio, e commettem toda a sorte de desatinos. (Raiol, 1865. p. 340)

Raiol destaca a figura do cônego Batista Campos⁸ nas duas passagens e deprecia os revoltosos. Raiol descreve a tomada do trem de guerra como “atentado”, “insulto”, “audácia criminosa” e resultado de uma “população desenfreada”, substituindo a lógica militar por uma leitura moralizante. Ao reconfigurar uma operação estratégica — obter armas, munições e controlar um ponto fundamental do aparato coercitivo do Estado provincial — como expressão de desordem social, Raiol transforma um gesto político em um desvio de conduta. A ação militar planejada converte-se, assim, em simples baderna. Tal operação discursiva não

⁸ Importante destacar a figura do Cônego Batista Campos como um revolucionário cabano de suma importância na revolta, tendo liderado ataques e encorajado os cabanos em sua luta.(Rodrigues, 2019; Ricci, 2007)

apenas rebaixa a agência dos insurgentes, como também preserva a autoridade simbólica das elites derrotadas temporariamente pela insurreição. Esse procedimento se insere precisamente no que Michel-Rolph Trouillot (2016) denomina “silenciamento” na produção da narrativa histórica. Segundo o autor, o silenciamento pode ocorrer não apenas pela omissão de fatos, mas pela distorção de seu sentido, pela redefinição dos agentes envolvidos ou pela reorganização moral do acontecimento

A demanda por um tipo diferente de credibilidade separa a narrativa histórica da ficção. Essa demanda é ao mesmo tempo contingente e necessária. É contingente na medida em que algumas narrativas avançam e retrocedem por sobre a linha que separa ficção e história, enquanto outras ocupam uma posição indefinida, que parece negar a própria existência de uma linha. É necessária na medida em que, em algum momento, grupos humanos historicamente específicos têm de decidir se uma dada narrativa pertence à história ou à ficção. Em outras palavras, a ruptura epistemológica entre história e ficção é sempre expressa concretamente através da avaliação historicamente situada de narrativas específicas. (Trouillot, 2016. p. 30)

O estudioso também diz sobre:

Portanto, as presenças e ausências encarnadas em fontes (artefatos e corpos que convertem um evento em fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos) não são neutras e tampouco naturais. São criadas. Como tais, não são meras presenças ou ausências, mas sim menções ou silêncios de vários tipos e níveis. Ao dizer silêncio, refiro-me a um processo ativo e transitório: “silencia-se” um fato ou uma pessoa como um silenciador silencia uma arma de fogo. (Trouillot, 2016. p.88)

Raiol não apaga a tomada do trem de guerra; ao contrário, ele a registra. Contudo, ao moldá-la discursivamente como crime, irracionalidade ou tumulto, impede que ela seja compreendida como aquilo que efetivamente foi: um ato militar racional no interior de um movimento político de massa. Esse é o tipo de “silenciamento ativo” que, na formulação de Trouillot, estrutura a forma como determinados sujeitos e ações entram na história já desprovidos de legitimidade. Porém este não foi o único trem de guerra saqueado pelos cabanos, mas também ocorreu na vila de Vigia⁹, onde o autor narra o acontecido: “Ao amanhecer de sábado é que se convenceram de sua efetiva retirada. As mães, as esposas, as filhas saíram então em procura das pessoas que lhes eram caras, e ao encontrá-las entre os cadáveres desfigurados, imagine-se, quantas lágrimas não derramaram essas infelizes criaturas, vendo cortadas as suas mais ternas afeições pela perversidade dos sicários!” (Raiol, 1885, p. 41). O grande mérito da obra de Raiol é o cuidadoso trabalho de coleta de informações, o rigor com que examinou documentos e depoimentos que obteve dos

⁹ A vila de Vigia fica no interior do Pará, onde o conflito cabano foi mais intenso

envolvidos no conflito, com os quais ainda conviveu no século XIX. A narrativa não consegue alcançar a imparcialidade ou neutralidade pretendida pelo Barão de Guarujá, mesmo se considerarmos a obra como um todo, e não apenas o excerto objeto destas considerações, e que mereceram advertência prévia de seu autor pela emoção que deixava transparecer em lamentos de um filho¹⁰.

Nos dias atuais, a Praça das Mercês recebe o nome de Praça Visconde do Rio Branco¹¹ e diversas mudanças durante o século XX assim como o tombamento. Como patrimônio, significa ir além do tombamento ou da preservação arquitetônica e considerar sua dimensão social. A praça é um espaço de circulação intensa, atividades informais, manifestações populares e práticas cotidianas que atualizam seu sentido histórico. Embora enfrente desafios comuns aos centros urbanos — como degradação física, comércio irregular e disputas de uso — ela permanece um território de memória, identidade e resistência cultural. A visão contemporânea do patrimônio entende que seu valor não está somente na igreja ou na configuração espacial original, mas no modo como a comunidade se apropria do lugar, ressignificando-o diariamente, mesmo que grande parte das pessoas que trabalham na praça e moram nos arredores não saibam do conflito cabano ocorrido a praça das Mercês continua a ser um patrimônio urbano essencial, cuja vitalidade depende da articulação entre preservação histórica, políticas públicas e reconhecimento de sua função social como espaço vivo da cidade.

¹⁰ Domingos Antônio Raiol era filho de Pedro Antônio Raiol, o vereador que foi morto pelos cabanos quando do ataque ao Trem de Guerra na vila da Vigia, em julho de 1835. Na ocasião da morte de seu pai, estava com cinco anos (Rodrigues, 2019)

¹¹ título de José Maria da Silva Paranhos, pai do Barão do Rio Branco. Nascido em 16 de março de 1819, na Bahia, e falecido em 1º de novembro de 1880. Foi escritor, professor, estadista, diplomata, político e, dentre vários outros feitos relevantes, foi o responsável pela consolidação das atuais fronteiras do país.

Figura 11 - Praça das Mercês



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2025).

A Praça das Mercês, apesar de contar com proteção legal, evidencia a necessidade de uma gestão mais ampla e integrada, capaz de assegurar a preservação de suas características e o compartilhamento de responsabilidades entre Estado e município. Mesmo que os imóveis que a circundam apresentem conservação razoável, o local enfrenta graves problemas socioeconômicos e de manutenção, que refletem a realidade mais ampla do Centro Histórico de Belém e, em muitos casos, de outras áreas que também abrigam bens tombados.

O tratamento dado à praça acompanha a própria trajetória das primeiras práticas preservacionistas brasileiras, que inicialmente valorizavam apenas construções consideradas de excepcional importância histórica e artística — como a Igreja das Mercês — relegando as demais edificações ao papel secundário de simples entorno. Esse cenário se agravou com o avanço da especulação imobiliária na década de 1970, que ameaçou descaracterizar diversos sítios históricos no país, como ocorreu com a demolição de imóveis para a construção do prédio da antiga Sapataria Carrapatoso, cuja tipologia destoava significativamente da arquitetura tradicional. Diante desse processo, União, Estado e Prefeitura passaram a se mobilizar para desenvolver políticas públicas voltadas à proteção do conjunto, impulsionados pela ampliação dos conceitos de patrimônio no Brasil e no cenário internacional.

3. CABANAGEM, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

3.1 MEMÓRIAS E ESQUECIMENTOS SELETIVOS

Como já foi citado anteriormente, a Cabanagem corresponde a um movimento revolucionário de caráter popular majoritariamente indígena, caboclo e afrodescendente — logo, ele é anticolonial. Seu acontecimento envolve uma série de levantes, conflitos, interesses, atores, territórios e projetos políticos, sendo, portanto, um evento multifacetado e complexo

A revolução Cabana foi objeto de diversas interpretações e contextualizações ao longo do tempo, muitas das quais tenderam a minimizar sua relevância política, social e cultural, obscurecendo tanto a dimensão do conflito quanto a autonomia, a capacidade organizativa e a consciência política dos seus protagonistas, reduzindo o papel ativo do povo cabano na construção de um projeto coletivo de transformação social e na resistência às estruturas de poder da época. Quando analisada bibliograficamente, existe uma oscilação entre a leitura que considera a Cabanagem uma série de motins regionais criminosos, sem grandes consequências e alcances; ou a leitura que a coloca como um movimento nacionalista de adesão tardia ao processo de independência brasileiro; ou, ainda, como uma luta de classes primitiva da história brasileira (Ricci, 2007).

Ao recorrer às reflexões de Michel-Rolph Trouillot em *Silenciando o passado: poder e produção da história* (2016) para examinar as contradições nas narrativas da história colonial acerca da Cabanagem, evidencia-se que tais narrativas refletem as próprias ambiguidades inerentes ao processo de construção histórica. Segundo Trouillot, a história compreende dois elementos fundamentais que se entrelaçam: o acontecimento histórico em si e a narrativa elaborada a partir dele. Para Trouillot (2016), a história não se limita ao registro objetivo de acontecimentos, mas é o produto de um processo que envolve tanto os fatos históricos quanto a narrativa construída sobre eles. A distância entre o que efetivamente ocorreu e a forma como é contado não é uma questão de parcialidade ou erro do historiador, mas uma consequência das condições sociais, políticas e culturais que determinam quais eventos são considerados dignos de registro e quais são silenciados. Essa perspectiva é crucial para compreender a Cabanagem, pois revela que a memória do movimento não é neutra: ela reflete

escolhas de poder, critérios de legitimação e mecanismos de exclusão impostos pelas elites coloniais e imperiais.

A categorização dos insurgentes como “cabano” exemplifica esse processo de silenciamento. Conforme aponta Lima (2008), o termo foi atribuído pejorativamente pelos opositores do movimento, consolidando uma imagem negativa que se perpetuou ao longo da historiografia. O rótulo deslegitimava a participação política de populações indígenas, negras e mestiças, transformando a Cabanagem em um episódio marginal e acidental, quando, na realidade, ela representava um projeto social articulado e com objetivos políticos claros. Desse modo, as narrativas tradicionais não apenas invisibilizaram os atores populares, mas também remodelaram a memória coletiva, criando um patrimônio simbólico pautado na perspectiva da legalidade colonial.

Dentro dessa lógica, a memória da Cabanagem pode ser compreendida como patrimônio imaterial. Ao reconhecer a importância das práticas, das narrativas orais e da ocupação territorial pelos cabanos, podemos afirmar que esse patrimônio transcende documentos e registros oficiais. Ele se manifesta nas tradições culturais, na transmissão oral de histórias familiares e comunitárias e nos lugares onde os acontecimentos ocorreram. Tal perspectiva permite compreender que o patrimônio histórico não é um conjunto estático de objetos ou datas, mas um processo social dinâmico, moldado por relações de poder e disputa simbólica (Bourdieu, 1989).

A análise do patrimônio cabano evidencia que o que se preserva e o que se esquece da história da Cabanagem não é neutro. Segundo Trouillot (2016), o silenciamento histórico ocorre em quatro momentos cruciais: na criação do fato (quando os acontecimentos são registrados ou ignorados), na composição do fato (organização e arquivamento das fontes), na recuperação do fato (produção das narrativas) e na significância retroativa (definição de importância histórica). Assim, conforme argumenta Trouillot (2016), a produção histórica — entendida como um processo dinâmico e resultado das próprias transformações sociais — deve ser examinada a partir das relações de poder que a estruturam. O autor propõe, nesse sentido, a necessidade de “rastrear o poder”, ou seja, investigar as condições históricas e os mecanismos de acesso aos recursos que possibilitam a criação e a legitimação das narrativas sobre o passado.

Portanto, entre os extremos mecanicamente “realista” e ingenuamente “construtivista”, há uma tarefa mais séria: determinar, não o que a história é— um objetivo vão, se expresso em termos essencialistas—, mas sim como a história funciona. Pois o que a história é muda com o tempo e o lugar, ou, dito de outra forma, a história se revela apenas por meio da produção de narrativas específicas. O

mais importante é o processo e são as condições de produção dessas narrativas. Somente focalizando esse processo será possível desvelar as formas em que se entrelaçam num dado contexto os dois lados da historicidade. Somente através dessa sobreposição poderemos descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras (Trouillot, 2016, p. 56).

Dentro dessa perspectiva, a variabilidade das narrativas históricas não emerge meramente de uma disputa pela “verdade” histórica objetiva, mas sim, dos critérios que validam essa verdade, as regras de legitimação desse enunciado. Aplicando essa perspectiva à Cabanagem, percebe-se que a exclusão das vozes populares e a redução do movimento à desordem ou à rebelião acidental foram estratégias que moldaram a memória e, conseqüentemente, o patrimônio histórico amazônico. A história Cabana está permeada por um sistema de pensamento que se baseia em diversas dualidades (cabano/não cabano, centro/periferia), que sustentam uma interpretação centralizada e simplista dela. Referindo-se ao trabalho de Pinheiro (1999), o autor explicita que existiam antagonismos importantíssimos de serem compreendidos entre os cabanos advindos das camadas populares e aqueles da elite senhorial

A historiografia tradicional da Cabanagem enfatizou o papel das elites senhoriais e dos centros urbanos, especialmente Belém, enquanto as experiências e estratégias políticas das populações subalternizadas foram negligenciadas. Lima (2008) ressalta que essa invisibilização está diretamente relacionada à imposição de uma identidade colonial, racializada e estigmatizada aos cabanos, legitimando o controle imperial e excluindo direitos políticos fundamentais. Assim, a figura do cabano emergiu como um símbolo de desordem e ameaça, e não como um agente político ativo e estratégico.

Reconhecer a Cabanagem como patrimônio cultural implica, portanto, resgatar essas memórias silenciadas e valorizar as práticas sociais das populações que protagonizaram o movimento. Isso envolve não apenas o estudo das narrativas documentais, mas também o mapeamento de territórios, o registro de tradições e a preservação de histórias orais. Como explica Bourdieu (1989), o capital simbólico — aqui entendido como memória e patrimônio cultural — não é distribuído de forma igualitária, sendo acumulado e apropriado de maneira desigual por diferentes grupos sociais. A recuperação do patrimônio cabano, nesse sentido, é uma forma de redistribuir esse capital simbólico e reconhecer a agência política das populações historicamente marginalizadas. Além disso, a memória da Cabanagem tem um papel epistemológico e metodológico central. Seguindo Trouillot (2016), a análise das narrativas históricas deve focalizar não apenas o conteúdo das histórias, mas as condições de

sua produção: quem tem acesso às fontes, quem elabora as categorias interpretativas e quais interesses sociais e políticos influenciam a escrita da história. Esse olhar permite compreender que o patrimônio da Cabanagem não está apenas nos documentos, mas na própria disputa pela memória, na forma como diferentes grupos sociais negociam a lembrança do passado e consolidam identidades coletivas.

A Cabanagem, portanto, deve ser entendida como um movimento de resistência e como um patrimônio vivo que preserva a memória das lutas populares na Amazônia. Ao recuperar essas experiências, é possível questionar narrativas hegemônicas, reconstruir histórias subalternas e fortalecer a compreensão de que o patrimônio histórico e cultural não se limita a monumentos ou registros oficiais, mas também engloba memórias coletivas, territórios e práticas sociais. A preservação desse patrimônio é uma forma de reconhecimento e justiça histórica, contribuindo para a valorização da diversidade de atores que construíram a história amazônica e a formação social do Brasil no século XIX.

3.2 O PATRIMÔNIO DO CONFLITO NA ATUALIDADE

O patrimônio cultural, entendido como resultado de processos sociais de seleção e consagração, tende a ter diferentes significados. Ele reflete escolhas políticas, disputas de poder e silenciamentos que se estendem no tempo (Smith, 2006; Tunbridge & Ashworth, 1996). Nesse sentido, o estudo do chamado “patrimônio do conflito” implica reconhecer que bens materiais e imateriais associados a lutas sociais carregam múltiplos significados, muitas vezes conflitantes em relação à memória compreendida. A historiografia contemporânea indica que o patrimônio não deve ser compreendido apenas como conjunto de objetos preservados, mas como espaço de disputa simbólica e social, no qual se definem quais memórias serão lembradas ou esquecidas (Smith, 2006). A Cabanagem constitui um exemplo paradigmático de revolta popular cuja memória permanece marcada pela violência e pelos significados diversos. Estima-se que a repressão à Cabanagem provocou mortes em grande escala, afetando uma parte significativa da população do Grão-Pará, transformando o episódio em memória coletiva de luto e resistência (Ricci, 2007).

Em Belém, diversos espaços urbanos podem ser compreendidos como patrimônios do conflito que precisam ser referenciados como tal. Locais como o Forte do Presépio, o Palácio

Lauro Sodré — hoje Museu do Estado do Pará — e o Largo das Mercês não são apenas marcos arquitetônicos do período colonial e imperial, mas também espaços que materializam a tensão entre poder e resistência popular marginalizada. Segundo Feitosa e Campos (2020), o patrimônio cultural pode ser compreendido como arena de disputa, onde diferentes grupos sociais tentam impor sua memória e suas interpretações sobre o passado. O estudo desses locais mostra que o patrimônio histórico não é neutro: visões distorcidas podem comprometer tais espaços.

Visões distorcidas de turismo cultural é quando a conceituação deste segmento é formulada a partir de uma confusão entre cultura popular e cultura erudita, no qual o turismo cultural só é legítimo se estiver baseado na cultura erudita.[...] isto se dá devido ao não entendimento do que é patrimônio cultural, e que a partir disso, podem ser constatadas duas linhas de pensamento: uma que aceita somente a “alta cultura” como foco de atenção do turismo cultural, e outra que tende a ligar diretamente o turismo cultural a lugares exóticos. (Feitosa; Campos, 2020, p. 9)

A função social da pesquisa sobre patrimônio do conflito é fomentar práticas de educação patrimonial que problematizam versões hegemônicas da história e promovam justiça simbólica (Feitosa; Campos, 2020). Nesse sentido, a apropriação popular de edifícios históricos, como o Forte do Presépio ou o Palácio Lauro Sodré, oferece oportunidade de ressignificação patrimonial, permitindo que o patrimônio se torne instrumento de diálogo com o passado e de construção de identidade coletiva do conflito. Além disso, iniciativas museológicas em Belém, como o Memorial da Cabanagem, destacam a importância de tornar visível a participação popular na história da cidade. Tolentino (2016) argumenta que a gestão do patrimônio exige reconhecer múltiplas narrativas, garantindo que vozes historicamente marginalizadas tenham espaço para se expressar.

No campo do patrimônio e dos museus, esta discussão é fundamental para se analisar como os diferentes grupos se apropriam da sua herança cultural e como são regidos os jogos de disputas e as relações de poder em torno da seleção dos patrimônios e da construção das narrativas identitárias. [...] podemos considerar que se procurou delinear um discurso em que estivesse presente um patrimônio cultural construído e apropriado socialmente, pautado pelas referências culturais locais e não na visão de grupos sociais economicamente hegemônicos. (Tolentino, 2016, p. 12)

A redefinição do patrimônio a partir da noção de capital cultural permite compreendê-lo não como um acervo fixo e neutro, dotado de valores permanentes, mas como um fenômeno dinâmico e socialmente construído, que se transforma, se acumula, gera significados e é apropriado de forma desigual por distintos grupos sociais. Pierre Bourdieu (1979) dialoga que o conceito capital cultural é um ter sido transformado em ser, uma propriedade feita corpo que se torna parte integrante da pessoa, um habitus

O Forte do Presépio, originalmente erguido para garantir a presença colonial portuguesa, foi ocupado pelos revoltosos durante a Cabanagem e transformado em quartel, evidenciando sua dimensão simbólica como espaço de resistência (Harris, 2010). Da mesma forma, o Palácio Lauro Sodré, sede do governo provincial, foi tomado pelos cabanos em 1835, funcionando temporariamente como centro de governo popular (Ricci, 2007). Atualmente, ao abrigar o Museu do Estado do Pará, o Palácio expõe parte desse passado, embora de forma parcial, o que revela como a patrimonialização ainda está atravessada por escolhas políticas e discursos institucionais. O Largo das Mercês, espaço urbano público, foi palco de batalhas decisivas e da morte de líderes cabanos, como Antônio Vinagre. Conforme Ricci (2007, p. 28): “o Largo das Mercês é mais do que cenário urbano; é um espaço de memória que expressa o caráter social e político da revolta”. Esses exemplos demonstram que o patrimônio do conflito permanece tensionado entre memória oficial e memórias subalternas, exigindo leitura crítica e educação patrimonial que dê visibilidade às vozes populares.

O estudo do patrimônio do conflito mostra que ele não deve ser compreendido apenas como conjunto de edifícios preservados, mas como testemunho das disputas sociais e políticas que moldaram a história. No caso da Cabanagem, em Belém, edifícios e espaços urbanos funcionam simultaneamente como marcos do poder colonial e imperial e como lugares de resistência do povo cabano.

Para que o patrimônio cumpra sua função social plena, é necessário que políticas de preservação e práticas educativas reconheçam múltiplas narrativas, incluindo as vozes historicamente marginalizadas, permitindo que o patrimônio se transforme em espaço de diálogo, identidade e justiça simbólica (Smith, 2006; Tunbridge & Ashworth, 1996; Feitosa & Campos, 2020). Tais políticas de interpretação do patrimônio refletem na identidade proposta pelo patrimônio, o conflito transforma a forma que o patrimônio é visto. Uma gama de sentimentos e significados são transmitidos, de acordo com Sørensen e Rose, (2015. p. 28): “Sítios patrimoniais têm uma agência particular, pois são meios eficazes de criar vínculos narrativos entre as pessoas, seus passados e seus arredores, incluindo reivindicações potencialmente contraditórias.” No caso da Cabanagem, o reconhecimento do Forte do Castelo, do Palácio do Governo e do Largo das Mercês como patrimônios do conflito amplia as possibilidades de leitura sobre a cidade e sobre o passado. Mais do que rememorar um episódio histórico, trata-se de afirmar que a memória popular e subalterna também é constitutiva do patrimônio cultural brasileiro.

3.3 O PATRIMÔNIO E ESPAÇO SOCIAL

Como já foi citado anteriormente neste trabalho, o patrimônio cultural é mais do que um conjunto de bens materiais e imateriais reconhecidos por uma coletividade; ele é um campo de disputa simbólica que expressa valores, hierarquias e identidades sociais. A forma como uma sociedade seleciona o que merece ser preservado reflete a estrutura de poder vigente e os grupos capazes de impor suas visões de mundo. Neste sentido, a elite — compreendida como grupo social detentor de poder econômico e capital cultural — desempenha papel central tanto na constituição quanto na apropriação do patrimônio. Entretanto, observa-se que, ao longo do tempo, certos bens antes associados à elite passaram a ter novos usos, significados e públicos, revelando um processo de “deselitização” e ressignificação patrimonial.

O conceito de patrimônio cultural, historicamente restrito aos monumentos e obras de arte vinculados às elites e ao Estado, foi progressivamente ampliado nas últimas décadas. Ele passou a abranger dimensões imateriais, como práticas culturais, saberes, tradições e memórias coletivas. Segundo Silva Júnior e Tavares (2018, p. 5), o patrimônio deve ser compreendido como um espaço de diálogo entre “memória social, identidade e representações coletivas”, revelando as formas pelas quais a sociedade reconhece e legitima certos bens como dignos de preservação. Essa ampliação conceitual mostra que o patrimônio é resultado de processos sociais e políticos.

Ele é escolhido, nomeado e interpretado conforme os valores dominantes de cada época. Parente (2019) reforça que o patrimônio reflete a evolução da existência humana, na medida em que conserva as heranças materiais e imateriais que espelham o modo de vida de determinados grupos. Ou seja, o patrimônio não é apenas o que sobrevive fisicamente ao tempo, mas aquilo que é simbolicamente reconhecido como portador de significado. O patrimônio é uma escolha política, ideológica e metodológica de se narrar os eventos históricos, o apagamento de objetos, sujeitos ou informações é também uma escolha. A retórica da legitimação de práticas por parte do discurso institucional é a deslegitimação por aqueles as consideram opressivas. Já que ambos os casos compreendem relações de poder, a legitimidade das práticas discursivas é tão quanto sua deslegitimação (Barros & Tavares, 2022).

Dessa forma, discutir patrimônio é também discutir poder: quem decide o que será preservado? Quais narrativas se tornam oficiais e quais são marginalizadas? Essas perguntas são fundamentais para compreender a relação histórica entre elite e patrimônio.

A constituição do patrimônio cultural no Brasil e em muitos outros contextos esteve intimamente ligada à ação das elites políticas, econômicas e intelectuais. Desde o início das políticas de preservação no século XX, os critérios de valoração recaíram sobre bens que expressavam o gosto e a visão de mundo das classes dominantes — igrejas coloniais, casarões, monumentos militares e obras eruditas. O patrimônio, portanto, operou como instrumento de distinção social. Ao conservar seus próprios símbolos e memórias, a elite legitimava sua posição de prestígio e poder. Esse processo não se limitou ao campo estatal, mas também ao privado: coleções de arte, palacetes, fazendas históricas e residências de valor arquitetônico tornaram-se expressões materiais de capital simbólico. Rosatti (2019), ao estudar famílias da elite cultural paulistana, demonstra que a casa — projetada por arquitetos renomados e decorada segundo o “gosto erudito” — funcionava como espaço de transmissão de valores e distinção cultural. Nesses casos, o patrimônio doméstico não é apenas moradia, mas um meio de afirmar status e perpetuar o capital cultural ao longo das gerações. A apropriação do patrimônio pela elite, portanto, cumpre dupla função: é um investimento material (imóveis, obras, objetos) e simbólico (prestígio, tradição, legitimidade). Essa lógica reitera as desigualdades de acesso aos bens culturais e reforça a concentração da memória coletiva em torno de uma minoria.

No entanto, embora o patrimônio tenha sido historicamente associado à elite, observa-se nas últimas décadas um processo de transformação: muitos bens antes restritos a esse grupo passaram a ser apropriados por outros setores sociais, convertendo-se em museus, centros culturais, espaços educativos ou turísticos. políticas culturais e educacionais vêm tentando ampliar a representatividade do patrimônio, incorporando práticas e memórias de grupos populares, indígenas e afrodescendentes. Como apontam Silva Júnior e Tavares (2018), o reconhecimento de novas expressões culturais é fundamental para “fortalecer identidades e reconstruir vínculos sociais historicamente marginalizados”. Contudo, o acesso à cultura e ao patrimônio ainda é fortemente desigual. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgados pela Universidade Federal de Minas Gerais, revelam que os 10% mais ricos da população concentram cerca de metade dos gastos com cultura no país e chegam a investir “cem vezes mais” que os mais pobres (UFMG, 2021). Isso mostra que, mesmo quando o patrimônio se torna público, sua apropriação simbólica e efetiva continua restrita por barreiras econômicas e educacionais.

3.4 PATRIMONIALIZAÇÃO CABANA: ENTRE A MONUMENTALIDADE E A VIVÊNCIA DOS ESPAÇOS

A relação entre elite, memória e patrimônio expressa uma tensão permanente entre exclusão e democratização, sobretudo quando se analisam processos históricos marcados por conflito social, como a Cabanagem. No cenário brasileiro, e particularmente no contexto amazônico, os processos de patrimonialização tendem a reforçar desigualdades socioespaciais, transformando o patrimônio em produto de consumo e não em expressão viva da memória coletiva. A democratização do patrimônio, portanto, não pode restringir-se ao acesso físico a monumentos ou instituições culturais: ela exige a revisão das narrativas que sustentam esses bens, dos sujeitos que os representam e das vozes que selecionam o que deve ou não ser lembrado. Esse debate se torna ainda mais urgente quando se consideram grupos historicamente marginalizados, como os cabanos, cuja participação efetiva na guerra foi sistematicamente silenciada pelas políticas de preservação e pelos discursos oficiais.

Silva Júnior e Tavares (2018) argumentam que o patrimônio cultural deve refletir a pluralidade social e reconhecer a importância dos sujeitos históricos antes invisibilizados. Repensar os critérios de seleção, interpretação e difusão do patrimônio significa romper com modelos elitistas de consagração e abrir espaço para experiências que emergem das margens sociais. A democratização efetiva passa, portanto, por ações educativas, políticas participativas e reconhecimento de que a memória é plural, disputada e continuamente reconstruída. Esse entendimento dialoga com a perspectiva proposta por Franco (2015), para quem a educação patrimonial deve ser crítica e integrar-se a uma pedagogia urbana em cidades educadoras. Como afirma a autora:

[...] Defendemos uma Educação Patrimonial, entendendo-a em uma perspectiva crítica de uma pedagogia urbana em uma cidade educadora. Compreende o estudo, a releitura, a organização de tempos, espaços e recursos referentes ao patrimônio material e imaterial nos centros escolares, nas instituições artísticas e culturais etc., como também nos sentimentos, representações, valores, ideias, entre outros, partilhados e validados como referências para a vida em comunidade. (Franco; Prados; Bonni, 2015, p. 325)

Ao incorporar dimensões afetivas e simbólicas, a educação patrimonial deixa de ser apenas uma técnica de conservação e torna-se uma prática política de inclusão, diálogo e produção de sentido.

O próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reforça essa perspectiva ao definir educação patrimonial como o conjunto de processos educativos — formais e não formais — voltados ao patrimônio cultural em suas múltiplas manifestações (IPHAN, 2014). A pergunta feita pelo órgão — “o que é patrimônio, de quem é o patrimônio, quem o faz existir, quem seleciona, o que ele representa?” — revela o caráter político do tema e a necessidade de questionamento crítico sobre as narrativas hegemônicas. No caso da Cabanagem, isso implica confrontar uma patrimonialização que privilegiou monumentos distantes da vivência popular e negligenciou espaços cotidianos e memórias locais.

A análise do Memorial da Cabanagem, realizada por Feitosa e Campos (2020), evidencia a distância entre políticas de monumentalização e o cotidiano das comunidades. Embora muitos moradores conheçam o edifício, poucos compreendem seu significado ou se identificam com ele. Esse afastamento revela o fracasso de uma política verticalizada, que privilegia a monumentalidade em detrimento das relações afetivas e históricas que estruturam a memória cabana. O memorial pretende representar a energia popular da revolta, mas o faz por meio de uma arquitetura monumental e abstrata, distante das lógicas populares de apropriação e circulação. Assim, reforça-se a ideia de que o verdadeiro patrimônio cabano não se encontra exclusivamente nas estruturas oficiais, mas nos espaços ordinários — feiras, praças, ruas — onde a vida cotidiana atualiza práticas de sociabilidade e memória. É nesses lugares que a experiência cabana permanece viva, circulando nos corpos, afetos e usos do espaço; toda política de preservação que ignore isso tende a produzir monumentos esvaziados e desconectados da coletividade que pretendem representar.

Nesse sentido, torna-se indispensável compreender o patrimônio cultural como tema transversal e essencial ao processo educativo, tal como orienta o IPHAN (2014). Essa perspectiva amplia a compreensão da educação patrimonial para além da escolarização, envolvendo contextos culturais diversos e atores sociais que ultrapassam a escola.

É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Embora tenha ficado patente que o processo educacional é mais amplo que a escolarização – inserindo-se em contextos culturais nos quais a instituição escolar não é o único agente educativo –, não se pode prescindir do envolvimento de estabelecimentos de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e de convênios. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014, p. 27)

No caso da Cabanagem, ela permite recuperar saberes locais, territorialidades ribeirinhas, memórias comunitárias e expressões culturais ligadas à resistência popular. Resgatar a trajetória de um povo significa revisitar memórias, territórios, normas, práticas

culturais, linguagens e espiritualidades que organizam sua vida social. Esse movimento reconecta presente e passado, abrindo caminhos para processos de desenvolvimento que não rompem seus vínculos identitários.

Para que isso aconteça, porém, é necessário repensar o papel das instituições de preservação. Cervantes; Zorogastua; Azabache (2023) observam que as instituições precisam cumprir suas obrigações de preservação, mas também adotar uma visão ampliada que inclua múltiplas disciplinas e agentes sociais. A gestão cultural não pode ser restrita a especialistas ou órgãos públicos: deve incorporar atores diretamente envolvidos e assegurar resultados coletivos.

[...]as instituições devem ser capazes de cumprir suas obrigações de preservação dos bens culturais. Nesse sentido, as organizações são um bom ponto de partida para garantir a gestão adequada dos bens. No entanto, as instituições devem adotar uma visão muito mais ampla e, portanto, incluir mais partes interessadas no patrimônio cultural de diferentes disciplinas, para que a gestão do patrimônio cultural seja mais abrangente e integrada. (Cervantes; Zorogastua ;Azabache;, 2023, p. 111)

A reflexão dos autores é fundamental para compreender o patrimônio cabano como patrimônio de conflito, cuja preservação exige participação ativa das comunidades e diálogo entre diferentes campos do saber.

Experiências como o Fórum Circular, descritas por Barros e Tavares (2022), evidenciam tanto avanços quanto limitações nesse processo. Localizado nos bairros da Cidade Velha e Campina — áreas onde se encontram diversos patrimônios estudados — o Fórum Circular constitui um espaço de mediação entre Estado, instituições e sociedade civil. A educação patrimonial desempenha papel central nesse processo, funcionando como discurso que legitima usos e apropriações do espaço. Contudo, as autoras alertam que a presença de múltiplos sujeitos não garante o real poder de decisão das comunidades, pois o espaço urbano é composto de experiências fragmentadas e desigualdades estruturais. Essa crítica dialoga com a noção de Lefebvre (2013) sobre a metamorfose discursiva do espaço, segundo a qual o espaço urbano reflete relações de poder e processos de dominação. Ao organizar percursos e narrativas sobre o CHB, o Fórum Circular participa de um processo silencioso de produção do espaço, definindo o que pode ser visto, celebrado ou interpretado como patrimônio.

Esse processo torna-se ainda mais evidente quando se analisa o apagamento simbólico da Cabanagem observado por Magda Ricci (2007). A autora afirma que, embora a memória da Cabanagem seja celebrada regionalmente, o povo amazônico se tornou quase invisível no imaginário nacional. Esse apagamento é consequência direta de políticas patrimoniais que selecionam determinados bens e narrativas em detrimento de outras, reforçando desigualdades

históricas. Gonçalves (1996) contribui com essa discussão ao afirmar que o patrimônio não é herança neutra, mas produto de processos de consagração que refletem disputas de classe, etnia e território. A marginalização do patrimônio cabano nos programas formais de educação patrimonial evidencia, portanto, o distanciamento entre políticas de preservação e experiências de vida das comunidades.

Nesse cenário, a educação patrimonial crítica se apresenta como ferramenta fundamental para reverter processos de exclusão. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) defendem que a educação patrimonial deve fortalecer a cidadania por meio do conhecimento crítico e da valorização dos bens culturais pelas comunidades. Esse processo, porém, só se realiza plenamente quando incorpora vozes historicamente excluídas e reconhece seu direito de interpretar o próprio passado. A proposta de uma pedagogia urbana, defendida por Barros e Tavares (2022), ganha força ao ser articulada ao patrimônio cabano, pois reconhece a cidade como espaço educativo e político, no qual as comunidades disputam sentidos, memórias e práticas.

A crítica feita por Certeau (2014) às representações oficiais do espaço é igualmente relevante. Para o autor, as práticas cotidianas são formas de resistência e criação simbólica que escapam ao controle institucional. Quando essas práticas são ignoradas, corre-se o risco de transformar o patrimônio em espetáculo, esvaziando seu potencial emancipatório. Santos (2002) reforça essa crítica ao afirmar que objetos culturais tendem a ser fabricados para cumprir objetivos específicos, convertendo-se em instrumentos de controle simbólico. Assim, a patrimonialização pode tornar-se mecanismo de silenciamento, a menos que dialogue com as práticas sociais e com as experiências coletivas de grupos marginalizados.

Superar esse modelo exige uma gestão cultural participativa e democrática. Meneses (2012) destaca que o poder público possui papel declaratório, mas o verdadeiro patrimônio é gerado pelas práticas sociais e pela ação das comunidades.

É claro que o estado e o governo podem participar da criação desses valores, privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais. Estas é que são o ventre gerador. O poder público, agora, tem um papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor de valor, a comunidade (para usar um termo problemático pela sua ambiguidade e utilizado pelo constituinte). Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o “patrimônio cultural nacional”.(MENESES, 2012. P. 34)

O Estado pode privilegiar ou marginalizar determinados valores, mas o patrimônio cultural nacional existe independentemente da intervenção governamental. Reconhecer isso é fundamental para compreender que políticas de preservação só serão eficazes quando dialogarem com as comunidades e considerarem seus saberes, práticas e territorialidades.

No caso de Belém, a democratização do patrimônio passa pela incorporação das vozes cabanas — moradores, trabalhadores, descendentes e usuários cotidianos dos espaços vinculados à Cabanagem. O desafio contemporâneo consiste em transformar o discurso participativo em prática real, garantindo que a educação patrimonial seja instrumento de fortalecimento identitário e de justiça social. É preciso que as escolas e programas sociais percebam esses patrimônios como parte da identidade do conflito, isto é, valorizando a memória de luta cabana presente nestes locais e promovam formas educativas para tal, formando pessoas que se identifiquem com o patrimônio cultural. Tendo esta perspectiva, estes patrimônios não serão mais vistos apenas como parte de uma Belém colonizada, mas sim de uma luta constante pelo direito de uma vida melhor. Somente assim será possível construir uma cidade educadora, plural e comprometida com a memória coletiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs uma investigação crítica e decolonial sobre a relação entre a Guerra da Cabanagem e a paisagem urbana de Belém. O objetivo central foi analisar como patrimônios emblemáticos – o Forte do Castelo, o Palácio do Governo (atual Palácio Lauro Sodré) e o Largo das Mercês – transcenderam sua origem associada ao poder colonial e imperial para se configurarem, na atualidade, como lugares de memória e resistência para o povo amazônico, protagonistas da revolta.

A pesquisa demonstrou que a memória da Cabanagem, marcada pelo silenciamento histórico e pela seletividade das narrativas hegemônicas, não se limita aos registros documentais, mas está profundamente inscrita na materialidade do conflito e nas transformações desses espaços. Ao adotar a perspectiva da biografia do patrimônio, foi possível rastrear as camadas de significado impostas, apropriadas e ressignificadas ao longo do tempo. O referencial teórico, pautado em autores como Michel-Rolph Trouillot (2016), auxiliou na desnaturalização da narrativa oficial que frequentemente reduziu o levante a um "motim", negando a autonomia e o projeto político das populações indígenas, negras e caboclas, evidenciando um movimento totalmente anticolonial.

A análise biográfica dos três patrimônios revelou um processo dinâmico de disputa pelo capital simbólico da história paraense:

Em primeiro lugar, o Forte do Castelo, erguido como instrumento de controle colonial, teve seu significado profundamente alterado ao ser tomado e utilizado como quartel pelos revoltosos. Essa apropriação representou uma inversão simbólica do poder, transformando o baluarte da opressão em um marco da resistência popular.

Em segundo lugar, o Palácio do Governo tornou-se o epicentro da efervescência política e da instabilidade do poder durante a Cabanagem, sendo palco de confrontos e da ascensão e queda de líderes. Sua conquista pelos cabanos não foi apenas militar, mas um ato de tomada do poder político que possibilitou o breve exercício de um governo popular na província.

Por fim, o Largo das Mercês, enquanto espaço urbano e de mobilização, confirmou o caráter social e a participação da população pobre no conflito, materializando a luta e o confronto no cotidiano da cidade.

Verificou-se, portanto, que a memória cabana é um patrimônio vivo forjado por legados culturais subalternos, o que exige uma leitura crítica da historiografia e das políticas de preservação. A importância desses locais reside não apenas em sua antiguidade ou valor arquitetônico, mas em sua capacidade de ancorar uma memória de luta que persiste em desafiar a visão hierárquica e elitista do patrimônio cultural, mostrando o patrimônio do conflito como símbolo cabano.

Contudo, a pesquisa também identificou que, na atualidade, a patrimonialização da memória da Cabanagem enfrenta desafios significativos. Ao dialogar com Patrimônio do Conflito evidenciou que, mesmo com a intenção de valorizar a participação popular – como no caso do Memorial da Cabanagem ou em projetos urbanos –, os filtros institucionais e as lógicas de gestão tendem a limitar a efetiva participação e o controle social. A crítica à invisibilização e ao distanciamento entre os monumentos e as comunidades demonstra que a memória popular pode ser cooptada ou esvaziada de seu potencial político e emancipatório.

Diante disso, a principal conclusão deste trabalho reside na urgência de se reorientar as práticas de Educação Patrimonial em Belém. É imprescindível que as políticas públicas adotem uma perspectiva crítica e decolonial, transformando os patrimônios da Cabanagem em recursos ativos para a compreensão sócio-histórica e para o fortalecimento da cidadania. A Educação Patrimonial não pode se restringir à mera conservação de objetos, mas deve funcionar como um processo permanente de questionamento sobre *quem* seleciona, *o que* representa e *quem* é silenciado na história do patrimônio (IPHAN, 2014).

A democratização do patrimônio cabano, assim, exige que se incorporem ativamente as vozes das comunidades, as tradições orais e os saberes locais, reconhecendo o direito desses grupos à interpretação de seu próprio passado. O legado da Cabanagem é um capital cultural que, ao ser apropriado de forma plural e crítica, permite que os sujeitos historicamente marginalizados reafirmem sua identidade e reescrevam a história da Amazônia.

Em última análise, o estudo reforça que os patrimônios da Cabanagem são lugares de resistência contínua. Eles são o testemunho de uma luta por justiça e liberdade que, mais de um século e meio depois, continua a ser um motor de reflexão crítica e um chamado à transformação social na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Ribeiro do. **Fundação de Belém do Pará**: Jornada de Francisco Castelo Branco, em 1615-1616. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- ARAUJO, R. M. de. **As cidades da Amazônia no século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP Publicações, 1998.
- ARAUJO, R. M. de. **O presépio da Feliz Lusitânia**. In: Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat. Belém: SECULT, 2006. p. 11-19.
- Albernaz I, João Teixeira. **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará**. Biblioteca Nacional Digital, 1602-1649. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>. Acesso em: 26 de outubro de 2025.
- BARROS, Magaly Caldas; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **O discurso de educação patrimonial como subsídio aos usos do espaço patrimonializado do centro histórico de Belém**: construção discursiva do Fórum Circular. Para Onde!?, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 213-236, 2022.
- BORGES, Tatiana Carepa Roffé. **Do Largo das Mercês à Praça Visconde do Rio Branco**: um estudo de gestão do patrimônio histórico em Belém do Pará, 1941-2011. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Les trois états du capital culturel**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 30, p. 3-6, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. habitar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CERVANTES, Oscar Fredy; VILA ZOROGASTUA, Giselo Fortunato; SACHÚN AZABACHE, Carlos Martin. **Relação entre a gestão do patrimônio e o valor patrimonial edificado para promover o desenvolvimento econômico e social**. Investigación & Negocios, v. 16, n. 28, p. 108, 2023.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Parque do Flamengo: projetar a cidade, desenhando patrimônio**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 25, p. 139-166, 2017.
- CHUVA, Márcia. **Patrimônio cultural em perspectiva decolonial**: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.). Seminários DEP/FLUP. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/DCTP, 2020. v. 1, p. 16-35.
- COSTA, Dayseane Ferraz da. **Além da pedra e cal**: a (re)construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 2000-2004). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- COSTA, Graciete Guerra da. **A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII**. Revista Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, 2016.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3. ed. Belém: CEJUP, 1990.

FRANCO, Francisco Carlos; PRADOS, Rosália Maria Netto; BONINI, Luci Mendes. **Cultura, cidadania e patrimônio cultural: interfaces entre a escola, a cidade e as políticas culturais na cidade de Guararema, SP**. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 319-344, 2015.

FEITOSA, Victória Cecília Elsie Oliveira Dantas; CAMPOS, Raul Ivan Raiol de. **Patrimônio, memória, identidade e turismo cultural**: um estudo sobre o Memorial da Cabanagem, Belém/PA. Papers do NAEA, v. 29, n. 3, 2020.

FERREIRA, Rubens da Silva (org.). **Patrimônio cultural de Belém**: as várias faces de uma mesma história. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HARRIS, Mark D. **Rebellion on the Amazon**: the Cabanagem, race and popular culture in the North of Brazil, 1798–1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial/DEPROM; Brasília: IPHAN/MinC, 1999.

IPHAN. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

IPHAN. **Educação patrimonial**: diálogos entre escola, museu e cidade. João Pessoa: IPHAN, 2014.

IPHAN. **Portal** “Educação Patrimonial”. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial>. Acesso em: 15 de março de 2025.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMA, Leandro Mahalem de. **Rios vermelhos**: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LINO, Jaisson Teixeira; FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). **Arqueologia da guerra e do conflito**. Erechim: Habilis, 2013.

LINO, Jaisson Teixeira; SYMONDS, James. **Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916)**: conflito, cultura material e memória. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica, v. 15, n. 1, 2021.

MELLO JUNIOR, Donato. **Antonio José Landi**: arquiteto de Belém. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural**: uma revisão de premissas. In: SUTTI, Weber (coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39.

PARENTE, Luciana Rachel Coutinho. **As transformações socioespaciais decorrentes da classificação enquanto patrimônio cultural da humanidade**: o caso de Olinda (Brasil) e os recortes espaciais de Sintra, Évora e Guimarães (Portugal). Revista Caribeña de Ciencias Sociales, abr. 2019.

PINHEIRO, L. B. S. P. **De mocambo à cabano**: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. Terra das Águas: Revista de Estudos Amazônicos, Brasília, v. 1, n. 1, p. 148-172, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos**: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835. Rio de Janeiro: Typ. Hamburgueza do Lobão, 1883.

RAIOL, Domingos Antonio. **Motins políticos**: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1823. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária**. Tempo, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RODRIGUES, Denise Simões. **Revolução cabana e construção da identidade amazônica**. Belém: UEPA, 2009.

ROSATTI, Camila Gui. **Patrimônio imobiliário convertido em herança cultural**. Estudos de Sociologia, v. 24, n. 46, p. 89-112, 2019.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte**. 2008. Tese (Doutorado) — USP, São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; MARQUES, Maria Cristina. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SECULT. **Processo n.º 1.640, de 1988**: Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Praça Visconde do Rio Branco e entorno.

SILVA JÚNIOR, Josemar Elias da; TAVARES, Ana Lúcia de Oliveira. **Patrimônio cultural, identidade e memória social**. Ciência da Informação em Revista, v. 5, n. 1, p. 3-10, 2018.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SØRENSEN, Marie Louise Stig; VIEJO-ROSE, Dacia (org.). **War and cultural heritage**: biographies of place. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SUBTIL, José. **O vintismo e a criminalidade (1820–1823)**. 1986. Dissertação (Mestrado) — Universidade Nova de Lisboa, 1986.

TOLENTINO, Atila Bezerra. **Patrimônio cultural e discursos museológicos**. Midas, v. 6, 2016.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. **Palácio e residência dos governadores da capitania do Grão-Pará e Maranhão**. In: Artistas e Artífices... Porto: FLUP, 2005. p. 143-164.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**. Curitiba: Huya, 2016.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. **Dissonant heritage**: the management of the past as a resource in conflict. Chichester; New York: John Wiley & Sons, 1996. xi, 299 p. ISBN 047194887X, 978-0471948872.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Pesquisa do IPEA mostra que cultura é privilégio da elite**. Boletim UFMG, 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1284/pesquisa-do-ipea-mostra-que-cultura-e-privil%C3%A9gio-da-elite-1>. Acesso em: 11 de setembro de 2025.